

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

ATA Nº 044

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Senhoras e senhores, autoridades presentes, bom-dia!

Peço ao pessoal da imprensa que se posicione num local que facilite a visão dos colegas que estão sentados atrás.

Cumprimento todos os colegas Deputados. Registro a presença do 1º Secretário, Deputado Silval Barbosa. Dispensarei a composição da Mesa para que a Audiência Pública tenha início o mais rápido possível.

Agradeço a presença do Dr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Estado de Saúde, bem como de toda equipe que o acompanha.

Informo que esta audiência é motivada pelo art. 12 da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que tem o seguinte teor:

“**Art. 12** O gestor do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo apresentará, trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e em audiência pública nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.”

Então, deixo bem claro que esta Audiência Pública é para atender o dispositivo da Lei nº 8.689, art. 12.

Para que seja produtiva, daremos o seguinte encaminhamento: fará uso da palavra, inicialmente, o Secretário de Estado de Saúde, Dr. Marcos Machado, que disporá de 40 minutos para apresentar seu relatório. Em seguida, os representantes das Comissões de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, ou qualquer outro Deputado, ou membro da sociedade organizada, poderão fazer interpelação, obedecendo ao Regimento Interno deste Poder.

Concedo a palavra ao Dr. Marcos Henrique Machado, que poderá utilizar a tribuna a minha direita para fazer sua explanação.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Sr. Presidente Riva, Srs. Deputados, colegas da Secretaria de Saúde de Mato Grosso:

Cumprindo dispositivo legal, nós estamos apresentando na Assembléia Legislativa a prestação de contas do período de maio a agosto, ou melhor, de maio a julho e de agosto a outubro.

Para mostrar que nós estamos trabalhando em equipe de forma descentralizada, eu gostaria de dispor de alguns minutos para apresentar a minha equipe e, sobretudo, para que os senhores possam conhecer, porque cada qual irá falar da sua área de atuação dentro da Secretaria. Essa já é, Deputado Riva, a equipe dentro da nova estrutura da Secretaria de Estado de Saúde, ou seja, da nova estrutura organizacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Gostaria de apresentar - seria interessante levantar para os Deputados identificarem e conhecerem, porque eu acredito que eles não conhecem todos - o Secretário Adjunto de Gestão, Sr. Jackson Oliveira, que vai apresentar o orçamento financeiro desse período; o Secretário Adjunto de Saúde, que é o substituto imediato, Dr. Juliano Canavarros; a Superintendente de Planejamento e Orçamento, Sr^a Celina Marques; a Superintendente de Vigilância Sanitária, Epidemias, Endemias e Meio Ambiente, Sr^a Moema Blat; o Superintendente de Atenção à Saúde, Dr. Augusto Carvalho; a Sr^a Ozenira Felix, Superintendente de Gestão de Pessoas; o Superintendente de Articulação e Apoio ao Interior, Sr. Pedro Dornelas; o Superintendente de Gestão, Sr. José Vilela; o Superintendente de Assessoria Jurídica, Sr. Hélio Ducks; o Superintendente de Regulação, Dr. Sidney Munhoz, que, hoje, praticamente resolveu as questões que envolvem as UTIs.

O Pedro Dornelas é o destaque maior para os Deputados, principalmente do interior. Ele é quem está recebendo todas as solicitações, interagindo com Secretários Municipais, Diretores dos Escritórios Regionais e, sobretudo, com os Diretores das Unidades Centralizadas de Saúde, que são os Hospitais Regionais.

Nós fizemos uma programação, Deputado Riva, de tentar reunir esse semestre, em razão da mudança de Secretários, não foi cumprido o preceito legal de maio a julho, para que nós possamos então chegar até outubro. Para isso nós trouxemos algumas exposições e a documentação correspondente para deixar nesta Casa. Para tanto, à medida que eu for explicando, eu vou chamando o Secretário Adjunto e o respectivo Superintendente para que possa elucidar ainda mais esta exposição.

Então, nós gostaríamos de começar com a aplicação dos recursos recebidos da Secretaria da Fazenda que, rigorosamente, obedecem à LOA.

Gostaria de chamar o Sr. Jackson Oliveira para que, no menor tempo possível, possa estar apresentando os quadros financeiros de maio a outubro.

Sr. Presidente, nós já responderemos eventuais dúvidas ou responderemos ao final da exposição?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Depois.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Depois.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Bom-dia, Sr. Presidente, demais Deputados.

Nós vamos fazer uma explanação dos recursos da Secretaria de Saúde, exercício 2003.

(O ORADOR PROCEDE A SUA EXPLANAÇÃO, FAZENDO USO DE *DATA-SHOW*.)

Nós fizemos uma projeção aqui da Fonte 126. O Orçamento Total é de 331 milhões. Com o excesso de arrecadação que nós já incluímos, o superávit financeiro ficou em R\$363.981.757,00.

Da Fonte 126, Recursos ao Apoio ao Desenvolvimento das Atividades Ambulatoriais, que são o faturamento dos hospitais, o faturamento do SUS, R\$109.620.164,00.

Esses são os recursos da Fonte 134, Recursos Destinados ao Desenvolvimento das Ações da Saúde, que são os recursos do Tesouro do Estado, R\$240.866.086,00.

Da Fonte 240, Recursos da Fiscalização da Inspeção Sanitária, que são as taxas da vigilância sanitária, R\$420.209,00. E demais convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, R\$13.075.298,00.

Eu vou mostrar agora mês a mês os recursos, a quantidade que foi passada para o Estado e a quantidade que foi aplicada.

Valor da arrecadação devido à Saúde, 10,33%. O total da arrecadação é de R\$2.082.244.580,12. O valor total devido a ser repassado pela Secretaria de Fazenda para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Secretária de Saúde seria de R\$215.095.865,13. Foram disponibilizados à Saúde R\$221.617.119,59. O total disponibilizado foi de 10,64%.

Aqui vem discriminado onde foram os eventuais gastos e o total que foi aplicado pela Saúde. Logo abaixo os senhores podem analisar. Foram aplicados 8,97%.

Está detalhado aqui. Em janeiro, foi repassado pela Secretaria de Fazenda...

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Passa para maio...

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Em maio, receita base de cálculo para Saúde - R\$196.651.515,54. O valor devido à Saúde pela Secretaria de Fazenda foi de R\$20.314.101,56 e o valor disponibilizado foi o total de R\$20.833.879,08. O total do percentual foi de 10,59%. E o resumo do valor que foi aplicado pela Secretaria de Saúde foi o percentual de 6,58%.

Em junho, tem a base de cálculo de R\$197.554.939,89. O valor a ser repassado foi de R\$20.407.425,29. Foram disponibilizados para a saúde R\$19.429.283,10, num percentual de 9,83%. Então, nós ficamos com um déficit de R\$978.142,19, ressaltando que esse déficit foi coberto em outro mês que nós já iremos passar. O total que nós aplicamos foi 7,61%.

Em julho, R\$191.590.457,00. O valor devido a ser repassado pela Secretaria de Fazenda foi de R\$19.791.294,26. Foram disponibilizados R\$19.686.656,14, num percentual de 10,28%. A saúde aplicou 9,58%, também abaixo.

Em agosto, base de cálculo, R\$202.163.391,01. O valor devido, os 10,33%, foi de R\$20.883.478,29. A Secretaria de Fazenda nos repassou R\$20.770.788,55. O percentual disponibilizado foi 10,27%. O total que nós aplicamos foi 7,09%.

Setembro, base de cálculo, R\$213.364.190,38. Valor devido a ser repassado pela Secretaria de Fazenda, R\$22.040.520,87. Foram disponibilizados R\$25.170.591,16, num de percentual 11,80%. E o valor aplicado pela Secretaria de Saúde nesse período foi 7,99%.

Outubro, receita base de cálculo, R\$206.795.737,27. Valor devido, R\$21.361.999,66; e o valor disponibilizado foi de R\$21.570.842,17. O valor disponibilizado foi de 10,43% e o total aplicado pela Saúde foi 9,82%.

O último agora, mês de novembro, foi o mês que nós conseguimos aplicar mais. Base de cálculo, R\$162.813.968,44. Valor devido à Saúde a ser repassado pela Secretaria de Fazenda, R\$16.818.682,94. Valor disponibilizado, R\$22.629.128,66, correspondentes ao percentual de 13,90%.

Esse foi um mês que nós utilizamos ainda mais os recursos, dando um percentual de 26,45%. Esses meses em que o total teria que corresponder a uma aplicação de 10,44% justificam-se, Secretário, devido a alguns problemas de licitações, até pagamento de fornecedores. Agora, no mês de novembro, nós conseguimos resolver a maioria dos problemas. Também tivemos aplicação e investimentos em equipamentos de UTIs. Novembro foi o mês que nós conseguimos atingir um valor de 26,45%.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Jackson, eu gostaria que você explicasse também a dificuldade que nós tivemos com relação à necessidade de validação na Procuradoria, na Auditoria, com os restos a pagar e, principalmente, a dificuldade que nós tivemos de validar esses valores para que pudéssemos fazer as aquisições regulares.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - Bom, Sr. Presidente, nós tivemos no início do ano um problema orçamentário. O nosso orçamento da saúde é referente a abril e março. Então, nós tivemos muitos problemas relacionados a restos a pagar, equipamentos, medicamentos, dos quais não tínhamos os devidos controles ou não tínhamos como certificar de que realmente esses equipamentos, esses medicamentos foram entregues. Então, isso gerou uma dificuldade junto à Procuradoria e à Auditoria-Geral do Estado. Devido ao decreto que Governador baixou de que só seriam pagos os processos que estivessem validados pela Procuradoria-Geral, engessou um pouco a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

situação. Então, nós conseguimos montar uma nova equipe, uma equipe para avaliação, uma nova equipe de auditoria, e foi reforçado o setor jurídico para que nós conseguíssemos resolver esses problemas. A partir do segundo semestre nós conseguimos dar um passo à frente. Então, o primeiro semestre ficou meio engessado, tanto é que os senhores podem analisar a questão da aplicação do recurso, nós não conseguimos aplicar totalmente o recurso, devido também a esses problemas.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Muito obrigado, Jackson.

Eu gostaria de apresentar aos Srs. Deputados, ainda que seja de forma oral, mas documentada porque nós vamos deixar aqui... Gostaria de chamar a Superintendente de Gestão de Pessoas, a Sr^a Osenira, para que faça um relato aos Deputados da despesa de pessoal.

É importante frisar que, embora estejamos fazendo a prestação de contas de maio para cá, o Governo Blairo Maggi assumiu em janeiro uma despesa com pessoal de R\$6.098.000,00/mês. Hoje, a nossa despesa é de R\$7.374.000,00. Isso quer dizer, Srs. Parlamentares, que as nomeações, tão solicitadas, já estão acontecendo. Desde então isso já gerou um incremento na folha de R\$1.300.000,00.

A SR^a OSENIRA FÉLIX - Na área de pessoal, quando nós começamos a gestão do Dr. Marcos, nós encontramos uma planilha em que havia várias nomeações que estavam previstas, e todo mundo tinha uma expectativa muito grande. Nós suspendemos por um período as nomeações, porque nós fomos fazer primeiro um estudo da situação. E nós observamos que havia áreas em que nós tínhamos excesso de pessoal e nós tínhamos áreas com falta de pessoal. Principalmente, nós observamos na questão dos hospitais, na nossa área finalística.

Estava sendo muito contemplada a área meio, mas a área finalística da Secretaria estava ficando prejudicada. Nós fizemos uma reavaliação e, depois disso, começamos as nomeações.

Nós tivemos nomeações agora um total de doze nomeações para Cuiabá, todos médicos para atender a Central de Regulação, para atender o IEMT. Agora, nós vamos estar atendendo a Fundação e também o Hospital Adauto Botelho. Tudo com o objetivo do atendimento à população. Primeiro, nós vamos atender a essa área, depois nós vamos ver outras demandas.

Nós tivemos para Rondonópolis a nomeação de um neurocirurgião. Nós tivemos para Cáceres nove nomeações, em função da UTI Neonatal que foi implantada lá e que precisa de um grande número de pessoas. Nesse caso, nós tivemos nomeações e tivemos também contratações temporárias. Nós tivemos duas nomeações para Colíder; uma, para Tangará da Serra; para Sorriso, nós tivemos oito nomeações. Inclusive o Hospital de Sorriso estava prejudicado, já havia sido advertido por falta de pessoal qualificado. Os enfermeiros estavam tendo que fazer um plantão maior do que podiam. Aí o hospital já havia sido notificado. Então, nós tivemos também contratações para Sorriso.

No caso das contratações temporárias, nós observamos que havia algumas distorções. Nós temos pessoal que era de contrato temporário e havia os de concurso para serem chamados. Nós tínhamos também contratos temporários de vigias, de advogados. Outros tipos de contratos nós já notificamos e temos que dar trinta dias para se fazer a rescisão, porque a contratação temporária requer uma necessidade muito grande do serviço. Todas essas distorções nós já estamos corrigindo.

Nós tivemos de contratos temporários um total de... Para Cáceres, já formalizamos dois contratos temporários; Rondonópolis, quatro contratos temporários; e Sorriso foram vinte e dois contratos temporários, justamente para atender a demanda, porque o hospital já estava com problema de funcionamento.

Todos esses contratos nós fizemos questão de publicar, através de edital de concorrência. Aí foram feitas a análise dos currículos e uma entrevista. Agora, por determinação do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Dr. Marcos Machado, nós estamos deslocando equipes de Cuiabá para participar no interior dessas seleções, porque não há mais esses perfis no concurso.

Nós estamos em fase de formalização também em Cáceres e em Rondonópolis. Em Rondonópolis porque abriu o serviço de radiologia. Quando o Governador entrou, todo esse equipamento estava há dois anos dentro de caixas. Aí ele conseguiu montar, só que nós tivemos que contratar em regime de urgência porque não se contemplou no concurso esse tipo de serviço. Havia o equipamento, mas não foi contemplado. Por isso nós precisamos fazer as contratações temporárias.

Nós tivemos uma variação de folha em função dos concursos, dos novos contratos, só que nós já estamos vendo a questão dos contratos. Nós já estamos revendo a questão do RETIDE, que é um percentual que o servidor recebe para trabalhar oito horas. Nós estamos revendo os plantões nos hospitais, com a ajuda do Pedro, que cuida dessa área. Possivelmente, teremos uma redução na folha de pagamento, porque o objetivo da Secretaria é atender nossa área finalística, atender a população. E nós estaremos, inclusive, com um novo lotacionograma. Nós estamos fazendo toda uma lotação na nossa área meio para adequá-la, para ser ágil, e atendermos, realmente, a área finalística.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Obrigado.

Eu gostaria de compartilhar, também, com os Srs. Deputados, uma crise que foi vivida no Estado, a crise da UTI. Nós conseguimos estancá-la. Tiramos da discussão judicial essa demanda. Para isso, criamos a Superintendência de Regulação, que é um modelo caseiro, de Mato Grosso, que está sendo reproduzido nacionalmente.

Por isso, já queria agradecer a aprovação da lei pela Assembléia Legislativa, que nos permitiu nomear intensivistas e reguladores, ainda que a demanda seja maior... Foi até apresentado um número... É o razoável? Não é? Precisávamos até mais.

Eu gostaria, de forma rápida também, que o Dr. Sidney Munhoz, que é o Superintendente de Regulação, explicasse o que foi feito nesse período, principalmente de setembro até outubro, e, se possível, relacionado a pessoal e ao serviço de UTIs, e o retrato de hoje, que temos o êxito de já termos vagas.

O SR. SIDNEY MUNHOZ - Bom-dia, Sr. Presidente, demais Deputados, Dr. Marcos Machado. Gostaria de cumprimentar a equipe que vem atuando na melhoria da qualidade da Secretaria de Estado de Saúde.

Primeiramente, o que existiu, na verdade, foram talvez alguns equívocos relacionados ao problema da UTI. Criou-se um sistema, apareceu uma epidemia que não existia de doente de terapia intensiva. Existia sim um déficit de leitos, mas não existia a demanda que foi criada de pacientes de terapia intensiva. Então, a proposta inicial foi que se desinstitucionalizasse o atendimento médico e desse um atendimento personalizado. Para isso, foi reenquadrado... A equipe de regulação de urgência e emergência realmente precisa ser uma equipe de elite - e o Dr. Marcos enxergou isso com grande sabedoria -, e as pessoas são extremamente qualificadas. Foi criada uma equipe de apoio para que se visitasse as famílias nos hospitais onde eram geradas as demandas. E era conhecido que muitos pacientes de onde eram geradas as demandas, ou eram inviáveis do ponto de vista médico para salvamento, ou não havia necessidade de UTI, por exagero de diagnóstico de colega que não queria assumir a responsabilidade do doente.

E tal fato se dá como real, que em praticamente 45 dias de atuação com esse incentivo, hoje nós temos uma melhor performance com relação à mortalidade na fila de espera por uma vaga de UTI, que era de 21% e baixou para 8%, uma mortalidade aceitável, considerando que no meio desses pacientes a grande maioria é considerada inviável. O que deve ser lembrado é que muitas vezes tínhamos que internar esses doentes com mandado judicial nas UTIs, tirando vagas de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

doentes que eram viáveis, que era possível dar atendimento. Tivemos que combater isso também e, com o apoio de toda a equipe técnica, foi resolvido. Então, hoje praticamente não temos mais fila de espera de doente para a terapia intensiva. Foram criadas expectativas para que até dezembro aumente o número de leitos no Estado de 108 para 200 leitos de UTI, o que dá uma cobertura, uma taxa de necessidade do Ministério da Saúde, com sobra para toda a população mato-grossense. E a expectativa é de ampliar ainda mais no interior, por causa da dificuldade de acesso, uma vez que entendemos que terapia intensiva não pode ser praticada muito distante do centro onde acontece o fato.

Existem outras atuações da Regulação, sobre as quais não vou me delongar aqui. Acho que a crise da UTI era mesmo relacionada aos pacientes que saíam do domicílio para tratamento, que já é do conhecimento desta bancada. Na verdade, não existia legalmente uma disponibilidade orçamentária para ajuda de custo dos pacientes que saíam. Isso já foi resolvido na CIB, e é de conhecimento de todos também. Na verdade, estamos atuando para otimizar a utilização dos recursos. Então, hoje já temos, de setembro para outubro, uma diferença, havia um custo na faixa média de R\$370,00, por paciente ou acompanhante que saía, que baixou para R\$220,00. Isso não deve ser entendido como economia, mas como uma utilização de recursos, porque as equipes apontaram que pacientes saíam sem controle, ou por outras interferências, ou a via de transporte não era adequada para aquele tipo de paciente, às vezes viajava em transporte aéreo, sendo que poderia ser utilizado o terrestre. Isso já está gerando uma economia de aproximadamente R\$100 mil reais/mês, com uma utilização para um maior número de pacientes, que aumentou de 820 para 890, de um mês para outro, com redução de custo. Então, na verdade, todas as ações tomadas com relação à troca de pessoal e implementação de regulação foram com o objetivo maior da Regulação, que é a otimização de recursos, para que possamos ordenar o fluxo dos pacientes na sua necessidade prioritária.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria que os Srs. Deputados entendessem que esse órgão é muito importante, porque previne viagens necessárias, otimiza recursos e prioriza o atendimento na Capital, chamado de TFD - Transferência Fora do Domicílio. E o que é mais interessante, a Regulação - não vamos explorar muito isso hoje - entra em exames, consultas e cirurgias e estabelece realmente o que é prioridade, sem furar fila, sem encaminhamentos de atendimento de ordem pessoal ou favores. Sobretudo, conseguimos entrar numa área muito complicada, área do câncer, da oftalmologia, que vamos regular. Os senhores serão procurados, com certeza, por um *lobby* violentíssimo, que nós vamos quebrar até ao final do ano, relacionado ao câncer e às cirurgias de visão. Muito obrigado, Sidney.

Eu gostaria rapidamente também, principalmente em homenagem aos Deputados que têm base no interior, que a Celina Marques se reportasse rapidamente aos convênios que nós fizemos, o alcance deles, o objeto de valor, para mostrar que realmente nós estamos interiorizando e chegando na ponta com as ações da Secretaria.

A SR^a CELINA MARQUES - Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Marcos Machado, meus colegas de trabalho.

A Superintendência de Planejamento e Orçamento é responsável pelos convênios firmados com as prefeituras municipais, com entidades beneficentes, com hospitais. Nós tivemos uma média de 42 convênios firmados em 2003, e 15 convênios que estão dando continuidade ao ano de 2002.

O montante de valor desses convênios foi de R\$9.299.000,00, sendo pagos R\$5.400.000,00. Temos um resto a pagar de R\$3.895.034,00. Esse saldo a pagar é referente a parcelas de convênios, porque, quando nós fazemos um convênio, nós fazemos, devido às

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

necessidades, em parcelas. Então, esse montante é recurso assegurado para o ano de 2004, para garantir o pagamento das parcelas dos vários convênios firmados.

De maio a agosto, nós tivemos 09 convênios; de setembro a novembro, 23 convênios firmados; e de janeiro a abril, 10 convênios. Então, dá um montante de 42 convênios, sendo 06 para o VIGISUS; 06 para atender as UTIs e necessidades; e 30 para a média e alta complexidade.

Esses convênios foram firmados com vários objetivos. Os objetivos dos convênios foram: combate à dengue; UTIs, serviço hospitalar; ação de média e alta complexidade; implantação de CAPs; incentivos financeiros para o fortalecimento do SUS; equipamentos para hospitais.

Tivemos também encaminhado para o ano de 2004 o montante de 52 projetos em várias áreas da saúde, que vão atender a nossa demanda do ano que vem. Foram firmados convênios, protocolados no Ministério da Saúde e foram devidamente acompanhados por nossos técnicos. A esses mesmos convênios nós pedimos força. Numa reunião que o Dr. Marcos Machado teve em Brasília com os Deputados Federais e os Senadores, nós pedimos força para que eles acompanhassem e fizessem emendas parlamentares sobre esses referidos convênios e projetos do Ministério. Tem alguma pergunta? Muito obrigada.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Muito obrigado.

Eu gostaria de pedir ao Dr. Augusto que fizesse também rapidamente a exposição das ações na área da saúde coletiva, atenção à saúde.

Principalmente, o meu desejo, Srs. Deputados, é mostrar para Vossas Excelências que nós estamos interiorizando, reconhecendo o apelo de cada um que tem base no interior e, por convicção, estamos visitando e constatando que a demanda em Cuiabá só acontece pela necessidade de estruturação de pessoal e material do interior do Estado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE CARVALHO - Bom-dia a todos.

Eu queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui demonstrando o trabalho da nossa Superintendência, em especial à Deputada Verinha Araújo, a todos os Deputados aqui presentes, à imprensa em geral e a todos os funcionários da Secretaria.

Quero fazer um breve resumo da Superintendência de Atenção Integral à Saúde.

Nós temos o objetivo de atingir, já agora de setembro a novembro de 2003, pelo menos, 60% da população com as equipes de saúde de família, com 384 equipes. Hoje, nós temos 361 equipes de saúde da família implantadas. Nós esperamos, em breve curto espaço de tempo, chegar àquele número. Estamos fazendo um monitoramento de 100% do funcionamento das equipes de saúde. Temos participando também dessas amostras que estão aqui, fazendo análise e elaboração de relatório final do inquérito epidemiológico da saúde hepática de 2003, fazendo o monitoramento dos escritórios regionais da equipe de saúde da família, fazendo a pactuação dos indicadores de saúde básica do Estado em 2003.

Com relação à saúde bucal, quando entramos no Governo Blairo Maggi, tínhamos em torno de 20% do Estado coberto por equipe de saúde bucal. Hoje, nós estamos atingindo 39,54% da população. Fizemos ainda a realização da Semana da Saúde Bucal, um evento no *shopping*, participação do Projeto Mãos Dadas.

Com relação às instâncias de instrumento de gestão de saúde do SUS, nós fizemos esse fluxo que está aqui à direita, referente à implantação e à organização de serviços de programas de incentivos às microrregiões, como o CAPS - Centro de Atendimento Psicossociais, hemoterapia, unidade de reabilitação às microrregiões.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Verificamos *in loco* a assistência ambulatorial nessas seis microrregiões, que são Alto Tapajós, Alto Garças, Araguaia, Baixada Cuiabana, Teles Pires, Oeste Mato-grossense/Sul Mato-grossense.

Estruturação do serviço de oftalmologia implantado no Instituto de Especialidade do Estado de Mato Grosso. Implantamos também em nível do Instituto de Especialidade do Estado de Mato Grosso o serviço de ginecologia oncológica e também de mastologia, que é o serviço referencial para o Estado hoje.

Com relação à cobertura de exames e auxílios aos usuários do SUS, nós fizemos todas essas metas colocadas, com destaque especial ao retinógrafo para o Instituto de Especialidade do Estado de Mato Grosso. Esse retinógrafo custou ao Estado em torno de duzentos e cinquenta mil dólares. Hoje, nós queremos implementar e colocar aqui em Mato Grosso, em Cuiabá, um serviço de oftalmologia realmente capacitado, para nós não mandarmos mais nenhuma pessoa para fora do Estado. Fazemos, inclusive, transplante de córnea. Para todas as doenças, nós queremos implementar aqui, não só no Instituto de Especialidade do Estado de Mato Grosso, mas também em convênio com o Hospital Júlio Muller.

Também temos feito a distribuição mensalmente das AIHs, que é um grande problema no interior. Todos os prefeitos têm brigado por um aumento da AIH. Para esse aumento de AIH, nós vamos estar fazendo uma pactuação com todos os municípios, a partir da entrada do próximo ano, com uma programação pactuada e integrada de todos os 139 municípios do Estado, porque todo mundo pede aumento dessa quota elaborada pelo Ministério da Saúde. Temos feito treinamento de sistemas nessas prefeituras, assessoramentos aos municípios em gestão plena, credenciamento de hospitais. Temos feito termo de ajuste de conduta entre Secretaria do Estado de Saúde e o Hospital Santa Rosa, por exemplo, Jardim Cuiabá, no caso de transplante, no caso de pessoas que tiveram internação através de mandato judicial; cooperação técnica com os municípios em gestão plena; supervisão *in loco* de várias ações da clínica, principalmente INEMAT, com relação a problema renal; participação e elaboração do plano diretor de sangue e hemoderivados do Estado; câmara de assessoramento.

Como garantia de referência estadual de assistência terciária, nós estamos fazendo essas ações do Complexo Hospitalar de Garças/Araguaia, com 70% da UTI de adulto funcionando. Lá nós temos, no Complexo, nove leitos de UTI adulto. Nesse sábado próximo passado, nós estivemos em Barra do Garças e inauguramos dois leitos de UTI neonatal no Complexo Garças/Araguaia, que não tinha naquela região do Vale do Araguaia. Também estamos em processo de implementação de Gestante de Alto Risco, organização da rede de serviços hospitalares no Hospital Regional de Rondonópolis, nos consórcios intermunicipais Garças/Araguaia, Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, supervisões hospitalares, implementações de número de leitos de UTI adulto, neonatal e pediátrico.

Temos alguns outros valores aqui, como avaliação de hospitais, acompanhamento de hospitais, viabilização e aquisição de equipamentos.

Com relação à saúde mental, nós fizemos a elaboração do plano estadual com o sistema de saúde em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para implementar a saúde mental no Estado.

Criamos 10 postos de exames de triagem neonatal. Vamos implementar mais 06 centros de atendimento psicossocial do Estado. O HEMOMAT realizou, neste ano, 431.414 exames oficiais, sendo que na gestão do Dr. Marcos foram realizados 97.933 exames. Enfim, são algumas ações que nós temos na Superintendência de Ação Integral da Secretaria de Estado da Saúde. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria de pedir um pouco da paciência dos Srs. Deputados, porque como os senhores estão percebendo, embora seja de maio a outubro, eu estou procurando, com relação às ações, cumprir o período que lá estou, do dia 15 de setembro em diante. E nós estamos aproveitando para dar uma satisfação da qualidade dos serviços prestados pela Secretaria.

Gostaria, rapidamente, Moema, depois o Pedro, depois o Zeca, para que nós possamos passar a palavra ao Juliano e fazer o encerramento.

A Moema cuida da área de endemias, epidemias e meio ambiente.

Eu gostaria de colocar, mais uma vez, insistir, que hoje nós temos assegurado o atendimento a todo o Estado de Mato Grosso.

A SR^a MOEMA BLAT - Bom-dia a todos!

A Superintendência de Saúde Coletiva faz basicamente a vigilância à saúde como um todo, com enfoque preventivo, compreendendo a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental e o laboratório para diagnóstico das doenças de interesse da saúde pública.

Como o Dr. Marcos Machado enfatizou, nós temos hoje, em função da descentralização das endemias pelo Ministério da Saúde, a municipalização do controle de todas essas endemias e também de parte das doenças imunopreveníveis.

Chamo a atenção no Estado de Mato Grosso para a questão da malária, que é uma endemia, já que todos nós sabemos que já vem ocorrendo há algum tempo em função de questões ligadas a ambientes, desmatamentos. Nós temos as leishmanioses, que são a tegumentar e a visceral, também decorrentes disso. Nós temos a dengue, que nós precisamos ficar atentos, porque a cada dia aproximam-se outros tipos de vírus que desencadeiam quadros mais graves.

Eu gostaria apenas de ressaltar, para não ter que fazer uma apresentação muito extensa, que a Secretaria de Estado de Saúde, em dados mais atuais, tem dezessete municípios prioritários para dengue. Esses municípios são priorizados em função da questão populacional, densidade populacional, do fato de serem municípios de fronteira e também de critérios ligados à emancipação recente, para que eles recebam uma força no controle da dengue.

Todos esses municípios são atendidos por agentes. Todos os municípios do Estado são atendidos por agentes de saneamento que visitam as residências e levantam o índice de infestação do mosquito vetor do *aedes aegypti*. Neste ano nós distribuimos o repasse do Ministério da Saúde, nós distribuimos as tampas e capas para caixas d'água a todos os municípios, conforme as suas solicitações, porque nós sabemos que há municípios em que o abastecimento não é freqüente, ou por questões culturais, mas nós precisamos ter esse tipo de controle.

Temos 7.519 casos confirmados de dengue, sendo que 4.497 são clássicos, 22 são hemorrágicos, e nenhum óbito, o que nós consideramos um dado bastante otimista.

Gostaria de ressaltar, ainda, com relação à dengue, já que no próximo dia 29 nós teremos o dia de mobilização nacional, em que estamos articulados com todos os municípios, para promover ações para o controle social, porque realmente é o controle social que importa, é a grande mola que consegue fazer o controle da doença.

Então, nós distribuimos os insumos, que são os inseticidas para a nebulização e para a colocação nos criadouros. Somente nesse período de setembro a novembro, nós distribuimos 38,5 toneladas do inseticida em pó; 240 litros do que é para pulverização; e o diluente, 2.600 litros, que é óleo vegetal.

Além disso, eu gostaria de ressaltar, já saindo da vigilância ambiental, Sr. Secretário, a cobertura vacinal na área de vigilância epidemiológica no Estado de Mato Grosso, que é de 97,01%, enquanto o preconizado é 95%. Então, temos uma boa cobertura. E também a questão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

da vacinação animal, porque nós estamos com uma cobertura de 91%, sendo que 85% já é satisfatório.

Finalmente, lembrar que, agora, nós temos uma assistência especial à saúde do trabalhador, para a qual dispomos de um convênio. Esse convênio está com vigência até abril do próximo ano. Foi criada uma gerência para cuidar disso, porque nós sabemos que é uma área que realmente precisa e que está crescendo, no que diz respeito à saúde preventiva, que é realmente a nossa área de atuação.

Agradeço a oportunidade. Alguma dúvida... Muito obrigada.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria de pedir ao Sr. José Vilela que coloque para os Srs. Deputados o que nós distribuimos esse ano, o que nós compramos, como é que está a nossa gestão de informática e quantos pregões nós realizamos, para que nós estanquemos qualquer dúvida a esse respeito.

O SR. JOSÉ VILELA - Bom-dia a todos, Deputado Riva, Presidente da Mesa, Secretário Marcos Henrique Machado, colegas de trabalho.

Durante esse período que nós assumimos a Secretaria, na área de gestão, encontramos uma frota - eu queria só passar isso como informativo - de 162 veículos, dos quais 50% estavam todos sucateados. Por determinação do nosso Secretário, nós recolhemos todos esses veículos dentro do barracão que pertence à SAD. Alguns companheiros da Casa já visitaram e comprovaram isso. Nós começamos a arrumar todos esses veículos e estamos atendendo às demandas dos municípios dentro do possível.

Com relação à compra de medicamentos, durante este ano nós fizemos um total de R\$18.507.000,00. Eu tenho até agora esses dados levantados na área de compra de equipamentos de UTI e de medicamentos de baixo, médio e alto custo e de medicamentos fora de portaria. Foi um total de 23 pregões no período de 1º a 06/03 e de 63 pregões no período de 07 a 11/03. A demanda foi maior durante esse período, porque foi quando começamos a fazer as ações.

Na área de equipamentos, foram comprados todos os equipamentos de UTI. Fizemos um pregão que estava cotado em um valor estimado de onze milhões para doze milhões e terminamos esse pregão fechando em seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil. Foi formada uma comissão para a compra desses equipamentos de UTI e foram adquiridos totalmente dentro dos padrões da equipe.

Com relação à outra pergunta do Dr. Marcos Machado, eu não me recordo, mas eu gostaria de passar informações com relação aos equipamentos que distribuimos para os municípios. Nós encontramos um almoxarifado de patrimônio totalmente lotado de equipamentos. Nós não sabíamos que existia tudo aquilo e a demanda dos municípios era muito grande. Nós determinamos que dentro de noventa dias tínhamos que distribuir todos esses equipamentos. Se forem hoje lá fazer uma visita verão que não há quase mais nada lá dentro. Atendemos uma demanda na faixa de quase onze milhões e quinhentos mil só durante esse período. Foram equipamentos de informática, veículos. Tudo que é necessário para o município hoje, que ele solicita, a nossa primeira providência é olhar se há no patrimônio para depois adquirirmos e atendermos a demanda. Então, é isso que nós estamos fazendo na Secretaria.

Com relação à informática, nós não tínhamos nenhum controle nessa área, tudo era feito através de programas. Tínhamos lá uns dez, vinte programas que hoje vão virar um único programa, que qualquer pessoa, qualquer cidadão poderá entrar dentro da página da Secretaria e ter um controle de quanto um hospital está gastando e de quanto um setor da Secretaria está gastando ao mês. Dentro de no máximo noventa dias, porque temos que fazer os ritos no interior, será implantada uma página com todas essas demandas que poderão ser analisadas de dentro da sua casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

É isso que queremos passar, a coisa transparente, para não ter dúvida com relação ao trabalho que estamos fazendo.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - A gráfica também. Gostaria que você...

O SR. JOSÉ VILELA - Com relação à gráfica, nós tínhamos uma gráfica. Todos esses materiais que os senhores vêem hoje no Estado com relação à campanha eram feitos dentro de uma gráfica da Secretaria, que, talvez, por falta de gestão não tinha um controle adequado, mas chegamos e olhamos a necessidade daquela gráfica ser transferida para a IOMAT. Era um pedido do Secretário também... Nós fizemos um trabalho e estamos transferindo essa gráfica a partir do mês que vem para a IOMAT, que terá um controle mais rígido em cima disso aí.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - E valor que nós ...

O SR. JOSÉ VILELA - Que nós adquirimos a gráfica?

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - O acerto com a Xerox, quantos que...

O SR. JOSÉ VILELA - Certo. Nós tínhamos um contrato com a Xerox que era na média de R\$97.000,00 mensais, porque tínhamos várias máquinas nos municípios e mais algumas máquinas dentro da nossa gráfica. Fechamos um contrato, tivemos uma dívida de R\$585.000,00 quando assumimos e não estavam fazendo acerto com relação a essa dívida.

A economicidade do fechamento e da compra desse contrato foi na faixa de R\$1.936.000,00, com cancelamento do contrato e o perdão da dívida.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Pedro, rapidinho para os Deputados identificarem as ações no interior e a nossa comunicação direta com o interior.

O SR. PEDRO DORNELLAS - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, demais Deputados, Secretário Marcos Machado, colegas da Secretaria:

A minha Superintendência de Articulação e Apoio ao Interior está encarregada de quinze escritórios atualmente. Como uma realização da gestão do Dr. Marcos, foi criado o Escritório Regional de Pontes e Lacerda, desmembrado de Cáceres. O de Cáceres abrangia vinte e dois municípios. Então, era muito grande. Nós dividimos e criamos o de Pontes e Lacerda, que já está funcionando, e vamos criar outro, que será o Escritório Regional de São Félix do Araguaia. Esses são os quinze escritórios que irão compor a superintendência.

Na questão dos hospitais, somos encarregados dos quatro hospitais regionais, sendo que o de Sorriso oferece 88 leitos e 108 camas com capacidade total; temos também o hospital de Rondonópolis, que oferece 77 leitos e 110 camas no conjunto no cadastro do SUS; em Cáceres, dispomos de 79 leitos e 96 camas também no cadastro do SUS; com referência a Colíder, dispomos de 54 leitos e 64 leitos cadastrados no SUS.

Temos ainda os consórcios, que são onze, e agora estamos criando o décimo segundo, que será no Vale do Arinos. No próximo dia 04 de dezembro será instalado em Juara o mais novo consórcio, o consórcio do Vale do Arinos.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Obrigado, Pedro.

Para fecharmos, gostaria de chamar o Sr. Juliano Canavarros, Secretário Adjunto, para falar da parte técnica, médica, que está a seu cargo.

O SR. JULIANO CANAVARROS - Bom-dia a todos os Deputados e autoridades aqui presentes.

Antecederam-me algumas falas. Sou Secretário Adjunto de Saúde. No que tange à saúde propriamente dita, eu sou o responsável. Então, algumas pessoas me antecederam, como o Dr. Sidney Munhoz, da Central de Regulação, o Dr. Antônio Augusto, da Superintendência de Atenção Integral à Saúde, e a Sr^a Moema, da Saúde Coletiva, que fizeram toda uma explanação técnica a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

respeito de cada superintendência, mas eu não poderia deixar de fazer algumas colocações. Por exemplo, a Central de Regulação, por determinação do Sr. Secretário, em parceria com a Secretaria Municipal de Cuiabá, implementou um mutirão para que se desse destino às cirurgias eletivas dos pacientes que aguardavam em uma fila para terem seus problemas de saúde resolvidos. Por certo que até nos países desenvolvidos, como o próprio Canadá, sabemos que existem filas de cirurgias eletivas, porque a demanda é muito grande, mas, por uma vontade política deste Governo, houve essa determinação, e ela está sendo cumprida. 1.000 pessoas, das 2.704 que estavam na fila, já tiveram as suas AIHs, liberadas, 1.700 já foram comunicadas, e, em breve, se Deus quiser, vamos até o final do ano resolver esse problema de fila de cirurgia eletiva.

No que tange à UTI, quando fui convocado para fazer parte dessa equipe, da qual eu me orgulho muito, nós encontramos uma situação de 108 leitos de UTIs, e vamos chegar até o final do ano com 200 leitos de UTIs, em todo Estado, com entrega de materiais e equipamentos. Foi elogiada a maneira como esses equipamentos estão sendo entregues, até pelas próprias distribuidoras, que disseram que nunca viram, na história de Mato Grosso, um equipamento descer do avião às 11:30 horas e às 15:30 horas já estar sendo colocado à disposição do paciente entubado. Isso dependeu de um esforço da equipe, nós trabalhamos em parceria e com a determinação de que fizesse chegar esse equipamento o mais rápido possível para estancar essa crise que vivíamos.

Tivemos situações também inéditas no Estado do Mato Grosso, como inaugurações de vinte e cinco leitos de UTIs em um dia só. Eu não me recordo de ter ocorrido isso anteriormente no Estado.

Com relação à mortalidade nas UTIs, já foi dito que antes tínhamos uma mortalidade que girava em torno de 21%, conseguimos baixar para 8%, que é absolutamente aceitável. Por quê? Porque nós temos, tecnicamente dizendo, um percentual de pacientes que vão para as UTIs, mas que nós sabemos que as suas chances são mínimas ou praticamente inexistentes. Cito, como exemplo, os cânceres terminais, as mortes encefálicas, e por aí a fora.

No que tange ao TFD, que era também outro setor crítico, que é o tratamento fora do domicílio, nós tínhamos ali algumas distorções e determinamos uma ação junto ao Superintendente de Regulação, Dr. Silas. Em reunião, nós até brincamos, falamos que íamos fazer uma intervenção, uma intervenção séria nesse setor. Com isso, eu posso dizer aos senhores que havia realmente algumas coisas ali que fugiam um pouco das técnicas de estar indicando um tratamento fora do domicílio. Orientamos as nossas condutas ao uso da técnica e temos conseguido ali grandes avanços. Estamos economizando, hoje, algo em torno de cem mil reais por mês nesse setor, e ampliamos o número de atendimento, inclusive já passou pela CIB a questão da ajuda de custo para esses pacientes.

No que tange ao setor de transplante, que era um setor também que estava andando devagar. Nós procuramos fazer uma inovação baseada numa orientação do Ministério da Saúde, que é a gestão participativa. O que é isso? Retiramos o médico que coordenava, que é um nefrologista, sem demérito nenhum, a qualidade de atendimento e colocamos no setor um usuário. Uma pessoa que já foi, inclusive, transplantada e precisa desse atendimento funcionando, porque ele representa hoje toda uma classe de pessoa que faz uso de hemodiálise e precisa ser transplantada. Com isso já estamos conseguindo dar um salto de qualidade, chamando a população também para ajudar nesse gerenciamento.

Há várias outras ações pontuais que poderiam estar sendo colocadas, mas eu vou deixar o Secretário fazer o encerramento. No final, nós poderemos esclarecer as perguntas que vierem. Muito obrigado.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Muito obrigado.

Srs. Deputados, eu queria rapidamente abordar a questão da psiquiatria.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Nós estamos melhorando as condições do Hospital Paulo de Tarso de Rondonópolis. Estamos deixando aquela unidade como estratégia geográfica da região sul. Estamos aumentando a capacidade do Hospital Adauto Botelho. Estamos tirando ambulatório do Hospital Adauto Botelho e colocando dentro da estrutura que fica ao lado do DETRAN, que é uma estrutura pública subutilizada. Desapropriamos a Unidade Hospitalar de Nefrologia em Rondonópolis, resolvendo e pondo um fim à crise de nefrologia naquela região. Credenciamos uma outra unidade de saúde de nefrologia na região de Sinop. Firmamos vários convênios com os bombeiros, no sentido de permitir a eles a estrutura necessária para o resgate, principalmente da Capital, da região metropolitana. Estamos redefinindo a atuação dos médicos da PM dentro do contexto de segurança pública.

Já estamos encaminhando a todos os senhores uma outra versão da Escola de Governo, retirando a Escola de Saúde Pública do cenário, porque nós chegamos à conclusão de que a Escola de Saúde Pública, na verdade, atende outro público, ou seja, não servidores. Com certeza, a Casa estará recebendo essa nova versão que não abandona a idéia de criação de Escola de Governo, mas utiliza o espaço público para a Escola de Saúde Pública, Escola de Governo.

Estamos esperando ansiosamente a aprovação da lei que permite as Organizações Sociais atuarem no Estado de Mato Grosso, logicamente dentro de uma proposta que estamos recebendo do Conselho Estadual de Saúde, do Conselho Estadual de Educação, sobre o ensino profissionalizante. Com certeza, devemos apresentar aos Srs. Parlamentares, se for o caso, os aperfeiçoamentos sugeridos.

Quero colocar aos senhores também que estive em Brasília, junto à Bancada Federal, para levar algumas reivindicações e pedir a correção de alguns absurdos, entre eles o recebimento do teto financeiro do Ministério da Saúde em cima de 2.064.000 habitantes. Hoje, nós estamos praticamente atuando sobre o censo de 2002. Nós já estamos com uma população estimada em mais de 2.600.000 habitantes e recebendo um valor menor, equivalente a 600 mil pessoas. Isso é muito dinheiro e nós estamos nesse déficit, arcando com os recursos do Estado de Mato Grosso.

Temos outra distorção também absurda. Os municípios da Amazônia Legal recebem o dobro, praticamente, daquilo que per capita é passado para o município fora dela. Embora 61 municípios de Mato Grosso estejam na Amazônia Legal, Mato Grosso não tem sido contemplado com esse valor.

Nós encaminhamos 63 projetos à Bancada Federal, solicitando construção de hospitais, reforma, aquisição de equipamentos, móveis e, sobretudo, levamos a eles a necessidade de credenciamentos urgentes de UTIs e pagamento ao Hospital Universitário da UNIC, porque só o Hospital Júlio Muller recebe o FINEPS. Estamos reivindicando o aumento do teto. Ninguém suporta mais o teto federal e a quantidade das AIHs. Municípios como Confresa, Colniza, Alto Araguaia, que tiveram uma injeção em razão da ferrovia, estão numa situação praticamente de desespero em relação à administração das AIHs.

Com relação à gestão de medicamentos, nós vamos apresentar, com certeza, na pergunta que deve ser formulada pela Comissão que acompanha o trabalho da Secretaria de Saúde. Mas eu quero colocar para os Srs. Parlamentares o seguinte: SUS significa Sistema Único de Saúde e todos os senhores sabem, mas nós devemos entender isso solidariamente. Quando falta medicamento, só vem até a Secretaria de Saúde do Estado, mas a Secretaria de Saúde do Estado é a responsável por medicamentos de média complexidade; medicamentos de alta complexidade cabem ao Governo Federal; e a medicação básica é dos municípios. De forma injusta nós estamos sofrendo uma pressão do Ministério Público, da Justiça, dos conselhos, para que nós forneçamos todos os medicamentos que estão fora da portaria, fora do protocolo. E é preciso também registrar aqui aos senhores que nós estamos aqui diante de um cartel muito bem organizado, muito bem estruturado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

que estabelece algumas cadeias - indústria, distribuição e representação da indústria. E a única forma que nós encontramos para romper, estabelecer um efeito pedagógico é ter alternativa de compra de medicamentos. E o que foi feito? Foi contratada uma empresa que atua na gestão de medicamentos, que não compra apenas, ela armazena, acondiciona e distribui.

Os senhores devem até ficar assustados, mas se perde medicamento por falta de acondicionamento. Medicamento que tem que ficar a zero grau, se for deixado na temperatura de Cuiabá, o seu princípio ativo acaba! Falta de controle, falta de comprovação de entrega, falta de comprovação de recebimento, são todos os fatores que nós queremos exibir na nossa demonstração que será, com certeza, objeto de elucidação. Mas eu quero estabelecer para os senhores o seguinte: nós estamos rigorosamente observando a legislação. Não pensem os senhores que eu deixo de cuidar disso. Quando se fala em dispensa e inegibilidade, parece que é coisa de outro mundo. Instituto de dispensa e de inegibilidade são institutos legais, são absolutamente permitidos por lei em situações que a lei prevê. O que Mato Grosso está fazendo? Mato Grosso, está aí o resultado... Quantos pregões?

(NESTE MOMENTO, O ASSESSOR DO SECRETÁRIO RESPONDE DA PLATÉIA.)

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - 63 pregões.

Agora, existe distribuição exclusiva, indústria que só ela fornece aquele medicamento. Então, não adianta querer comprar de outra.

Uma outra questão muito complicada, a prescrição. Ao invés de se estabelecer de forma genérica, existe um cartel que vai visitar o médico para ele prescrever aquele medicamento. Uma pomada que custa 60 reais, nós temos uma similar que custa 10 reais armazenada. Mas, não, tem que ser aquela.

Então, nós estamos lidando com um cartel que sabe trabalhar e tem vários médicos como aliados, ou na pior das hipóteses, eles estão sendo usados como massa de manobra. Então, é muito sério. Nós precisamos entender que a contratação dessa empresa está como alternativa. E o que a Secretaria de Saúde está fazendo? A Secretaria de Saúde, além de estar licitando, está registrando os preços. O que é o registro dos preços? Registro de preços é um instituto previsto no art. 14 da Lei de Licitação que estabelece quanto o Estado pode pagar por medicamento, até aquele valor ele pode comprar de quem ofertar. Acima daquele valor não pode e, abaixo, logicamente, que ele pode fazer compra direta.

Então, o que nós estamos estabelecendo? Nós vamos utilizar o registro de preço do Ministério da Saúde, nós vamos fazer o registro de preço que cabe ao Estado de Mato Grosso, e se houver a possibilidade de se comprar a menor do que aquilo que está no registro de preço, aí sim, nós podemos terceirizar a aquisição. Não é esse o objetivo, estimam-se vinte e sete milhões como se nós tirássemos vinte e sete milhões do bolso e despejássemos numa empresa. Não é nada disso, vinte e sete milhões é o gasto estimado para seis meses em cima de 40% que estão sendo injetados como garantia orçamentária. Para quê? Para que nós não fiquemos sem medicamentos, para que esse volume de patologias novas não nos pegue de surpresa e, principalmente, porque nós não temos aí uma distribuição regular do município, nem da União, então, sobra tudo para o Estado. Agora, eu gostaria de ter o tempo necessário para mostrar o porquê nós chegamos a essa necessidade, somada a essa pressão cartelizada. O que estava acontecendo? Pregões que nós fizemos em maio, o sujeito ganhava e não entregava. Por quê? Pode-se pensar que simplesmente porque ele tinha créditos e nós, administrativamente, tínhamos a necessidade de explicar ao Tribunal de Contas, e a Procuradoria, a Auditoria não estavam validando aquilo, sujeito se acomodava. “Olha, só entrego se você me pagar”. Falta medicamento nesse sentido. O que nós temos que fazer? Burlar? Nada disso! Nós tivemos que achar um mecanismo legal, jurídico para poder abastecer toda esse estrutura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Agora, eu gostaria de apresentar para os senhores, de forma didática, como estava o armazenamento, a distribuição de medicamentos para que justifique esse exemplo, que é um exemplo que já está sendo seguido em dois Estados e que Mato Grosso também o tem porque alternativamente nós precisamos quebrar esse cartel. Nós precisamos ter alternativas e essa alternativa nós visualizamos na terceirização. Agora, até que ponto? Até que nós tenhamos condições, como eu quero fazer um paralelo aqui. Por que hoje eu estou com a faixa no pescoço com relação à crise psiquiátrica? Porque nós não temos unidades públicas. Então, até que eu tenha condições de gerenciamento ideais, eu não posso dispensar essas alternativas.

Então, quem pode explicar, o Zeca ou o Jackson, para fazer um roteiro desse quadro.

O SR. JACKSON OLIVEIRA - São mais fotografias, as fotos que foram tiradas quando nós pegamos a gestão da Secretaria de Saúde, a forma como estavam os equipamentos. Essa primeira foto é dos equipamentos, dos materiais permanentes, que estavam armazenados de forma precária. Os senhores podem analisar pelas fotos cadeiras misturadas com medicamentos, materiais de uso e consumo, medicamentos junto com pneus, medicamentos junto com materiais de limpeza, e assim por diante.

Nós temos aí medicamentos e aqui tem uma caixa de Chá Matte Leão. Os senhores podem ver que não tem estrado, nada. Todo esse material, essas caixas de baixo, para quem tem pouco conhecimento, elas estragam, deterioram com o tempo, prejudicando a qualidade do atendimento ao cidadão.

Os senhores podem analisar o almoxarifado. Pela foto já dá para perceber a má qualidade do clima. Um barracão muito baixo, sem condições de armazenagem e tudo isso sem controle algum.

Medicamentos armazenados em prateleiras, sem nenhum tipo de condicionamento, pneus junto com medicamentos, barracão de zinco sem cobertura, com goteiras, molhando todos os medicamentos e equipamentos, trazendo um prejuízo muito grande para o Estado, empilhamento de caixas, também prejudicando a qualidade. As paredes com vazamento; tomadas e congeladores expostos, podendo ocasionar um possível incêndio e um prejuízo enorme para o Estado. Medicamentos e materiais de uso e consumo; uniformes armazenados em cima de escadas, em porta de emergência. Num possível incêndio não tem nem como prestar socorro. A cozinha onde o pessoal fazia as refeições. Aqui uma visão ampla do almoxarifado na questão do armazenamento...

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Bom, eu gostaria de colocar para os senhores que nós estamos sugestivos a recomendações e, principalmente, a esclarecimentos, mas insistimos no registro de preço. O Estado licita, define o preço máximo e faz a compra. Em cima disso, se alguém quiser vender mais barato, o Estado compra, e esse alguém pode ser essa empresa. Pode, porque a finalidade de gestão de medicamentos é justamente armazenamento, cadastramento e distribuição.

Senhores, se uma pessoa, embora cadastrada, mas não usuária, chegar a pegar medicamentos na ordem de mil reais e não ministrá-los, e fazer um comércio paralelo... Nós temos denúncias, ainda que anônimas, de que há um mercado paralelo na distribuição de medicamentos. O sujeito leva, você acha que ele está levando para um parente, para um usuário e não o faz. E mais do que isso, nessa estrutura nós queremos colocar atendimento. Se for para administrar o medicamento injetável, se for para fazer o exame do paciente, será feito. Então, nós estimamos economia, nós estimamos qualidade, nós estimamos eficiência. Agora, o Estado deverá assumir isso? É lógico. Esse é o objetivo. Se a estrutura de pessoal e de material nos permitir, essa será a saída. Agora, não podemos negar que a iniciativa privada, a terceirização, tem dado resultados em todas as áreas. E não será nenhuma surpresa podermos terceirizar serviços que não envolvem oferta de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

saúde pública. Nós queremos desmistificar isso. Nós queremos prestar saúde pública, administração, gestão, desde que possamos terceirizar de forma eficiente, e faremos, logicamente, de forma pública, honesta, com as explicações que se fizerem necessárias.

Eu quero, com isso, encerrar. Agradeço o tempo, porque me deram quarenta minutos, mas eu ultrapassei e usei uma hora. Gostaria de colocar aos Srs. Deputados que nós estamos à disposição, a equipe está à disposição, embora o objeto, como disse o Presidente da Assembléia Legislativa, tenha sido prestar contas de períodos relacionados aos trimestres anteriores, mas toda e qualquer ação da Secretaria nós estamos à disposição para esclarecer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós queremos agradecer o Dr. Marcos Machado e toda a sua equipe e parabenizá-los pela disciplina.

Eu gostaria de abrir a palavra, agora, preferencialmente para a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social e para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; e depois para cada Parlamentar que queira usar da palavra para fazer alguma interpelação em cima do relatório que foi formulado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero interpelar o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência poderá fazer no microfone à direita, e o Secretário poderá responder sentado, à minha direita, no microfone do 1º Secretário.

Em seguida, a Deputada Verinha Araújo...

A Srª Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu havia solicitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Ele pediu a palavra, pela Ordem, Deputada Verinha Araújo. Vossa Excelência vai usar da palavra como...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo, para fazer a interpelação.

Eu peço que, em função do adiantado da hora, não que tenhamos pretensão de inibir o debate, mas teremos uma Audiência Pública às 13:00 horas, será a primeira para discutir o PPA e a LOA, e, por sinal, já reitero o convite a todos os Srs. Parlamentares, a toda imprensa aqui presente, discussão que envolverá as Secretarias de Educação e de Esportes, que estarão reunidas com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, sob a Presidência do Deputado Carlão Nascimento, no Auditório Milton Figueiredo desta Casa, às 13:00 horas.

Portanto, com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu quero neste momento agradecer, primeiro, à imprensa que se encontra aqui, acompanhando esta Audiência Pública; agradecer a todos os Deputados aqui presentes, ao Secretário Marcos Henrique Machado, que aqui está com toda a sua equipe, e aos funcionários da Casa.

Gostaria de dizer da importância deste momento, porque este é um trabalho que nós Deputados realizamos. Muitas vezes, o Secretário pode discordar, mas essa é a nossa função. Todas as vezes que Vossa Excelência for chamado aqui, pelo menos por mim, Vossa Excelência pode ter certeza de que é para melhorar o que aqui chega.

Na função de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Seguridade Social - nós temos vários Deputados que são da Comissão e que estão presentes -, eu recebi a prestação de contas da Secretaria Estadual de Saúde, do Fundo, relativa a janeiro até agosto. Então, é em cima

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

desses dados que vou apresentar a minha análise aqui e depois gostaria que Vossa Excelência respondesse algumas questões.

Nós estamos cumprindo o art. 12 da Lei Federal nº 8.689. Esse art. 12 cita que a vinda de Vossa Excelência aqui é para apresentar um “relatório detalhado, contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período”. Como eu sei que houve uma auditoria lá, que foi realizada, inclusive vi a cópia dessa auditoria, gostaria que depois Vossa Excelência se pronunciasse sobre ela.

Uma outra questão que está no art. 12: “oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada”, que já foi aqui exposta, mas eu não recebi esse relatório e gostaria de receber esse relatório e o relatório das contas relativas a setembro até novembro, inclusive. Gostaria de contestar, porque não concluímos novembro ainda. Há ali inclusive valores arrecadados e empregados e o mês de novembro não foi concluído e eu gostaria depois que o senhor esclarecesse como isso se procede.

Sobre as contas de janeiro a agosto, pelos nossos dados, inclusive através da SEFAZ, está no *site* oficial da Secretaria, a arrecadação de ICMS tem representado 94% das receitas arrecadas, atingiu a casa de um milhão, setecentos e trinta e sete mil. Até o mês de setembro, que seria 75% do ano, já havia atingido 84% da previsão orçamentária atualizada de arrecadação para o ano de 2003, que é de dois milhões e cinqüenta e cinco mil. Isso significa que haverá um excedente de arrecadação, sobretudo se levarmos em conta que os meses de mais baixa arrecadação do ano já passaram, portanto, a média de arrecadação tende a melhorar no segundo semestre do ano. Com relação à execução orçamentária, apesar de as despesas empenhadas na saúde até agosto de 2003 atingirem patamares médios de 67%, as despesas líquidas atingem apenas 43,89% da dotação atualizada, restando um saldo a pagar de mais de R\$188 milhões, sendo que apenas faltam, de agosto em diante, quatro meses do ano fiscal.

Com relação à saúde, a previsão inicial de dotação era de trezentos e vinte e seis milhões, atualizada trezentos e trinta e cinco milhões e foram liquidadas até agosto cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta mil, perfazendo 43,89%. As despesas líquidas com a função saúde até agosto coloca a saúde em 13º lugar, bem atrás de outras despesas, ressaltando casos em que até mais de 70% da dotação atualizada já foram liquidadas, como o caso da função legislativa, previdência social e educação. Analisando o quadro de execução orçamentária, a subfunção Administração Geral, que liquidou 59% da dotação atualizada, todas as outras subfunções liquidaram menos de 45%. No caso de administração, atinge os servidores, a folha de pagamento. Então, no caso de assistência ao portador de deficiência, liquidou apenas 18,98%. Na formação de Recursos Humanos, dois detalhes são importantes, e a recente proposta do Governo em extinguir a Escola de Saúde Pública de Mato Grosso atesta isso:

2.1 - a dotação inicial (x) que era de R\$4.210.000,00 caiu para uma dotação atualizada (a) de R\$523.000,00, ou seja, uma diminuição de cerca de R\$3,7 milhões;

2.2 - mesmo com está queda foram empenhados apenas R\$101.000,00 (c) e liquidados R\$25.000,00 (a), ou seja, o correspondente a 4,78% (c/a) da dotação atualizada (a) e a 0,59% (c/x) da dotação inicial (x).

Com relação às receitas vinculadas à saúde, nós constamos segundo o relatório do Governo encaminhado a esta Casa de Leis, que as receitas vinculadas à saúde perfazem um total, até setembro de 2003, de R\$175.960.640,54, sendo R\$137 de ICMS e R\$38 milhões de Transferências Federais. Não constam nos relatórios os recursos referentes ao Imposto de Renda e ao ITCD, o que aumentaria sobremaneira o valor final a ser repassado à saúde.

Quando analisamos o quadro referente aos repasses no mesmo período, percebemos que foram de apenas R\$118.710.293,09, discriminados pelas Unidades Secretarias de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Saúde (SAÚDE), Fundo Estadual de Saúde (FES) e o Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa (FCRDAC).

Isso nos remete a um volume de recursos não repassados, até o momento em questão, na ordem de R\$57.250.347,45, sem considerar prestação de contas de outros recursos arrecadados, como o Imposto de Renda e o ITCD.

Sr. Secretário, feitas essas explanação, gostaria então que senhor respondesse o seguinte: sobre medicamentos, o senhor aqui explicou... Eu fiz um requerimento datado de 11 de novembro, que foi indeferido pelo Plenário desta Casa, em que eu solicitava ao senhor as seguintes informações...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputada Verinha Araújo, antes de Vossa Excelência encerrar as perguntas, eu quero fazer uma ressalva. De acordo com o § 3º do art. 504 do nosso Regimento Interno, Vossa Excelência disporia de três minutos, porém entendemos que realmente é muito pouco o tempo. Vossa Excelência já usou da palavra por exatos seis minutos. Eu concederei a Vossa Excelência mais quatro minutos, para que Vossa Excelência conclua o seu pronunciamento.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Então, nesse requerimento, Sr. Secretário, eu solicitava a cópia do processo de dispensa de licitação na íntegra, que originou o contrato entre o Estado de Mato Grosso e a Empresa Home Care Medical Ltda, e a cópia do contrato administrativo pactuado entre o Estado e a Home Care Medical Ltda...

(NESTE MOMENTO, O SR. SECRETÁRIO MARCOS HENRIQUE MACHADO DIALOGA COM A DEPUTADA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª VERINHA ARAÚJO - Cópia do contrato administrativo, primeiro, do processo de dispensa de licitação, que originou esse contrato e cópia do segundo contrato administrativo pactuado entre o Estado e a Home Care, porque no dia em que o meu requerimento foi indeferido, foi respondido pelo Deputado Alencar Soares que, quando da vinda de Vossa Excelência, Vossa Excelência estaria nos entregando a cópia desse documento. Então, eu gostaria de ter a cópia. Tendo em vista a explanação de Vossa Excelência, eu precisaria ler o contrato para, inclusive, verificar se tem procedência ou não a dispensa da licitação.

A outra pergunta que já fiz foi com relação ao arrecadado/aplicado. Por que Vossa Excelência incluiu novembro, inclusive com valores bem superiores aos empregados nos meses anteriores?

Uma outra questão é sobre os medicamentos. Vossa Excelência disse aqui que o problema que tinha a Secretaria, ao fazer a licitação, era que a empresa que ganhava a licitação não entregava o medicamento ou só entregava mediante o pagamento em alguns casos. No caso da Home Care Medical, não estaria o Estado, nesse momento, fazendo esse contrato no valor de 27 milhões de reais para inclusive cumprir o preceito constitucional de gasto com a saúde no valor de 27 milhões, e aí Vossa Excelência administrar a entrega desse medicamento para o prazo de seis meses que inclusive já vai entrar em outro período de arrecadação, em cumprimento a gastos com a saúde? Essa é a minha pergunta. Quer dizer, Vossa Excelência hoje não estaria comprando 27 milhões, porque Vossa Excelência precisa prestar contas de 57. Já compra, paga 27 e aí, no prazo de seis meses, Vossa Excelência vai administrando a entrega do remédio. Só que no prazo de seis meses Vossa Excelência vai ter que gastar mais dinheiro, aí Vossa Excelência economiza novamente e vai fazendo com que esse recurso seja cada vez mais colocado adiante.

A outra pergunta é sobre esses médicos reguladores. Onde esses médicos estarão trabalhando? Em que regiões e quantos por região?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

A última é sobre os concursados da saúde. Houve uma reunião com o Governador, em que nós solicitávamos que os prestadores de serviços fossem substituídos pelos concursados. Isso já tem uma data? Muito obrigada.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, demais companheiros Deputados, Deputada:

Cumprimento o nosso Secretário de Saúde, Marcos Machado, e toda a sua equipe.

Eu quero, antes de mais nada, parabenizar o Dr. Marcos Machado e toda a equipe pelo esclarecimento dado a esta Casa, através desta Audiência Pública, cumprindo dispositivo legal, em que o Secretário, gestor do Sistema Único de Saúde teria que apresentar e tem que apresentar tudo que está acontecendo.

Quero aqui contestar o que a Deputada colocou. Eu acho que não cabe nesta apresentação, de forma alguma, essa solicitação que é um assunto específico que pode ser tratado em um requerimento e ser cobrado depois. Aqui é muito claro, o art. 2º da Lei nº 8.689, que o gestor teria que, dentre outras coisas, falar sobre o montante, a fonte de recurso aplicado, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e a produção de serviço na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Eu acho que isso aí diz respeito mais à Comissão Especial e isso poderá ser tratado na Comissão Especial.

Mas quero primeiro elogiar a forma como o Dr. Marcos Henrique Machado está administrando a Secretaria Estadual de Saúde. Eu acho que ficou claro para todos aqui que aumentaram a qualidade e a eficiência, baixou o custo e, principalmente, está atendendo o cidadão mato-grossense. Se pegar um dado que foi colocado aqui na questão da UTI. Puxa! Uma economia de, aproximadamente, cem mil reais mensais, uma mortalidade de 21% caindo para 8%, sendo que dentro desses 8%, parece-se que estão aí - não sei se é essa a palavra - os inviáveis, uma coisa assim, um modelo que está sendo copiado em nível nacional, com entrega de vinte e cinco leitos no mesmo dia. Quer dizer, só não enxerga quem não quer ver que a saúde melhorou e melhorou muito no curto espaço de tempo que o Secretário de Saúde assumiu essa Secretaria que fez um pregão e baixou os valores, não perdendo qualidade e adquirindo tudo aquilo que estava sendo colocado na licitação, a folha também baixou, apesar das contratações necessárias que foram feitas. E aí eu cito o exemplo do Hospital Regional de Sorriso, que se fazia necessário mesmo, não tinha como funcionar daquela forma e daquela maneira que vinha funcionando.

Quero também parabenizar pela terceirização da aquisição, controle, armazenamento e distribuição de medicamentos. Nós que conhecemos, nós sabemos que por aí se perdiam muitos recursos, remédios que se perdiam, não eram entregues, enfim, tantos erros. Com certeza, com essa terceirização, nós estaremos melhorando a qualidade dos medicamentos e também o controle e a distribuição.

Essa crise de UTI que era tão falada, nós não ouvimos mais falar e todo mundo está sendo atendido. Então, eu só tenho que elogiar a forma como está sendo administrada a Secretaria de Saúde. Hoje, a Secretaria tem um norte, tem um rumo, tem um planejamento, melhorando, principalmente, a qualidade e atendendo com o menor custo a população mato-grossense.

Quero dizer também que tenho certeza absoluta de que o Secretário Marcos Machado irá cumprir tudo que determina a lei quanto à aplicação dos recursos na área da saúde. Tenho certeza de que não é da forma que a Deputada colocou aqui, que não foi feita essa licitação e essa contratação, simplesmente, para cumprir essa meta, porque assim mesmo é o primeiro ano de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Governo, não se consegue fazer licitações no início, você tem muitos problemas e as coisas acabam acontecendo no final do ano, eu sei porque já fui Secretário de Finanças da Prefeitura de Sinop e é assim mesmo que funciona. Muitas vezes não se consegue fazer aquilo que é necessário em função da lei, mas eu tenho certeza de que todos os recursos que serão aplicados.

É necessária, e eu faço um pedido ao Secretário e aos demais membros da comitiva do Secretário, a questão dos leitos de UTI para Sinop. Eu acho que é importante, é uma região que precisa. Sinop não tem nenhum leito de UTI e as pessoas estão vindo para a Capital.

No mais, para finalizar, quero parabenizar toda a equipe que está aqui cumprindo o dispositivo legal, o art.12 da Lei nº 8.689, de uma forma clara, transparente, informando tudo que vem acontecendo na Secretaria. É dessa forma que nós esperamos que todos os secretários façam. Aqui está se cumprindo a lei, informando. Eu só deixo claro que qualquer coisa específica, como algum contrato ou alguma outra coisa, Deputado, pode ser tratada de uma outra forma, através de requerimento.

Parabéns, Secretário Marcos Machado e parabéns a toda equipe! Eu, como Deputado, estou satisfeito pelas explicações, até porque sei que a saúde hoje tem o norte, tem o rumo e tem planejamento no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sr. Secretário, fique muito à vontade para responder as questões, responder ou deixar de responder as questões que estão fora do objeto da convocação.

Vossa Excelência tem um compromisso, pela Lei nº 8.689, de comparecer a esta Casa, como está fazendo, e atender os objetivos do art. 12, que nós entendemos cumpridos. Então, Vossa Excelência pode ficar muito à vontade.

Eu indago a Vossa Excelência se nós podemos primeiro conceder a palavra aos Srs. Deputados e Vossa Excelência fazer uma única resposta ao final.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO (FORA DO MICROFONE) - Eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Marcos Henrique Machado.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu agradeço a posição do Deputado Dilceu Dal Bosco, mas eu gostaria de, até porque faz parte da minha forma de trabalhar, elucidar toda e qualquer dúvida.

Primeiramente, Deputado, eu gostaria de dizer que eu jamais discordei da minha vinda aqui. Vossa Excelência é testemunha de que não precisa nem mandar ofício. Eu só não gosto de vir para tratar de assunto que, eventualmente, não tem praticidade ou não tem necessidade. Valoriza-se muito por má informação ou para fazer política em cima de uma pasta. Isso, realmente, eu não concordo.

Com relação às indagações do objeto específico da minha obrigação legal, eu quero dizer que eu tenho uma dificuldade de estabelecer datas, porque, como Vossa Excelência sabe, os Srs. Deputados sabem, eu fiz parte do Governo anterior e eu não consigo separar governo, porque o atual Governador é Blairo Maggi e o Governador anterior era Rogério Salles. Eu participei daquela administração, como Secretário de Administração, de Trabalho e Cidadania e de Justiça e Segurança Pública, conheço o trabalho desenvolvido na Secretaria de Saúde naquela época, e passei a conhecer a partir de 15 de setembro, quando assumi a Secretaria de Saúde. Então, eu não gostaria, de maneira nenhuma, de me reportar a erros eventuais da Secretária Luzia Leão, do Secretário Gabriel Novis Neves ou do Secretário Júlio Muller, porque pelo menos com relação a isso eu tenho a maior consideração e respeito. Agora, é preciso dizer o seguinte: tudo o que é levado a mim, eu respondo. Essa auditoria que a Deputada se reporta, quem solicitou foi o Deputado Carlão Nascimento, está nas mãos do Deputado. E mais do que isso, o Deputado Carlão Nascimento é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, embora tenho lá as minhas divergências da existência, da concepção e, sobretudo, do acompanhamento, mas respeito. Então, eu quero dizer que nós não fizemos auditorias e não trouxemos resultado de auditoria porque no meu período eu já recebi a auditoria pronta e essa auditoria já se encontra na Casa.

Segunda questão, nós apresentamos aqui, de forma expositiva, Sr. Deputado, mas existe um relatório que eu vou deixar na Casa. E a Deputada pode fotocopiá-lo e fazer dele o que bem entender. Quero colocar também que esse relatório contém o que foi contratado e o que foi conveniado, mas, mais do que isso, com exceção das UTIs que foi feito por ajustamento de conduta, Sr. Deputado, tudo está no Conselho Estadual aprovado.

Eu não faço nenhum convênio sem aprovação prévia, com a exceção das UTIs, porque foi de urgência e porque foi um compromisso em cima de uma Ação Civil Pública. Esse eu tive urgência de fazer, fiz, e quanto ao resultado o senhor viu a apresentação aqui.

Com relação ao que deveria ser pago à Saúde e ao que a Saúde aplicou, eu quero colocar aos Srs. Deputados o seguinte: eu recebo o recurso e eu apresentei a LOA que os senhores que aprovaram. Não estou obedecendo à LOA, mas estou aplicando acima da LOA, desde que eu receba. Agora, se a Secretaria de Estado de Fazenda estabelece uma forma expositiva de arrecadação, de repasse financeiro, que não cruza com o que eu apresentei, vamos trazer, então, a explicação da Secretaria de Estado de Fazenda. O que eu não posso, como Secretário de Estado de Saúde, é dizer: olha, você tinha que receber isso, por que não recebeu? Ora, porque eu não recebi. A Secretaria de Estado de Fazenda me passou isso, e até então eu estou entendendo que isso é devido. E isso eu estou executando.

Com relação a essa questão que envolve a medicação. Eu não tenho nada com isso, se o Plenário não aprovou requerimento. Eu acho que o Plenário é soberano e parece que está realmente sabendo, mais do que nunca, o que fazer. Agora, eu estou à disposição. Não precisei de requerimento aprovado pelo Plenário para eu responder, salvo engano, eu não sei se o Requerimento do Deputado Carlão foi aprovado, mas quando bateu lá eu imediatamente respondi. E faço isso oralmente. Agora, eu tenho a maior satisfação de vir trazer isso aqui para ela, ou seja, o contrato e o procedimento licitatório. O que eu questiono é que existem aí inúmeros advogados e cada um interpreta de um jeito. Eu espero que se respeite a interpretação da Administração Pública, porque legalmente é a Procuradoria-Geral do Estado que dá efetivamente o resultado interpretativo, na ótica jurídica, do que devemos fazer. E a minha assessoria jurídica, com certeza, lá dentro... Eu sou o único Secretário de Estado que, desde o primeiro dia de trabalho, tem lá dentro um órgão da Procuradoria-Geral do Estado, seja na Secretaria de Administração, seja na Secretaria de Justiça e Segurança Pública, seja agora na Secretaria de Saúde. E nada do que é feito lá deixa de passar pela Procuradoria. Então, com o maior prazer, essa documentação será encaminhada. Já fique incumbido, Hélio, de reuni-la e preparar a minuta do ofício encaminhando à Deputada solicitante.

Quero colocar aqui que fico sentido, até ofendido, por dizerem que estamos fazendo contrato para justificarmos essa ou aquela manobra financeira. Não é nada disso. Nós temos responsabilidade, temos preocupação com a solução de continuidade do medicamento. Estamos aí não de brincadeira, mas enfrentando um cartel muito organizado, um cartel que sabe o que faz, quando faz. E nós buscamos alternativas para não ficarmos nas mãos deles. E essa cartelização, nós vamos começar a quebrar. Agora, pode ir à imprensa lançar uma informação equivocada, adquirir matéria, que nós vamos responder. Com certeza, nós vamos responder isso. Agora, de maneira nenhuma essa alternativa virá para gerar mais despesa, ineficiência. Não. Ela foi estudada, trabalhada. Se os Deputados quiserem, eu posso solicitar ao Zeca, ao Jackson e ao Hélio, que foram os responsáveis por todo esse estudo, pormenorizarem a evolução dessa gestão de medicamentos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

que, nada mais, nada menos, é adotável por algumas cidades, dentre as quais Ribeirão Preto, que todos sabem é um pólo de saúde pública no interior de São Paulo.

Com relação ao arrecadado e aplicado, eu quero dizer que o mês de novembro, de forma ilustrativa, nós apresentamos para fecharmos até a data de hoje. Agora, eu quero que Vossas Excelências tenham a segurança de que de maio a outubro eu estou cumprindo, efetivamente, como foi determinado por lei, o relatório. E assim o fiz. Então, fechamos no mês de outubro os seis meses que fomos obrigados a relatar. Assim o fizemos.

Bom, por fim, a questão dos médicos reguladores. Eu quero informar a Vossas Excelências que nós temos uma demanda represada na Capital. E só vamos conseguir a partir do momento que instalarmos UTIs. Sinop não será contemplado, mas o Município de Sorriso será contemplado com cinco UTIs. Cáceres receberá até o final de novembro dezesseis UTIs. Barra do Garças recebeu no sábado duas UTIs. Esses médicos, conforme necessidade de regulação, com certeza, serão nomeados no interior.

Eu quero dizer a Vossas Excelências da dificuldade existente para se contratar médico. Um médico em Colniza quer receber quinze mil reais, dezesseis mil reais. E o que Vossas Excelências aprovaram? Três mil e quinhentos reais. Ninguém aceita esse salário para ir para Colniza, para ir para Confresa, para ir para Vila Rica, para ir para Alta Floresta. Então, o que estamos procurando? Quem está lá, tem vínculo, trabalha na regulação e trabalha como intensivista. Em Barra do Garças, nós achamos uma pessoa que já tem vínculo com o Município, tem consultório particular e aceitou esse vencimento. Em Cáceres, nós temos médicos que foram nomeados do concurso. Então, essa distribuição cabe ao Dr. Sidney, que a fará. Agora, a nossa meta é atender o interior.

O que gostaria de deixar claro para os senhores é o seguinte: eu vou ter a coragem de encaminhar para os senhores mais um projeto de lei criando cargos em comissão de médicos, porque detectamos agora nessa interiorização a necessidade de instalar uma série de serviços e não podemos fazê-los sem médicos.

Gostaria de colocar, por fim, que em relação aos concursados, Vossas Excelências viram a evolução que foi, um milhão, trezentos mil reais de incrementos de folha. Nós estamos substituindo os contratos temporários por nomeações, estamos fazendo sucessivamente conforme a organização, conforme a demanda e, sobretudo, precisamos deixar registrado que não temos para todas as especificidades, as especialidades, um concurso realizado e candidatos a serem nomeados, e estamos precisando fazer contratos.

Agora, o que nos assusta é que temos um teto remuneratório de pessoal e a maioria não tem aceito. Então, eu não consigo colocar um serviço em Colider, que estaremos fazendo a visitação, com o Deputado Ságuas, com o Deputado Dilceu Dal Bosco, no dia 21, se eu não encontrar médico ali em Colíder, se ninguém aceitar. Então, eu vou ter que fazer uma tabela diferenciada ou, no mínimo, fazer uma proposta de remuneração para o médico e chamar o médico de marajá. Os médicos do interior vão ser considerados marajás, porque se o consórcio não paga a interiorização deles, e agora estamos estudando a possibilidade de produtividade, que é uma solução, não vamos conseguir levar médicos para o interior. E digo mais, só conseguimos de forma urgente estancar a demanda porque tivemos parceiros. A Prefeitura de Cuiabá, a Santa Casa, o Hospital Santa Helena, o Hospital Geral foram parceiros, porque se esse pessoal tivesse fechado as portas, estaríamos numa situação muito deprimente com relação à administração da Secretaria.

Sr. Presidente, Deputado Riva, acredito que eu tenha respondido os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero apenas, para fazer justiça, dizer que realmente o Dr. Marcos Machado sempre compareceu, independentemente de ter sido aprovado o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

requerimento, sempre esteve presente a esta Casa, é um dos Secretários que nunca se omitiu em atender a Assembléia Legislativa em qualquer momento.

Mas também na linha de fazer justiça, só esclarecendo, a Assembléia Legislativa aprovou três mil e quinhentos salários, porque foi a proposta que veio do Governo. Nós também entendemos que é um salário relativamente baixo para médico no interior. Eu até faria um apelo no sentido de, se der, dobrar esse salário. No mínimo, seria bom, porque realmente não dá para trabalhar em Colniza por menos de sete, oito mil reais, não dá para trabalhar em Confresa por menos de sete, oito mil reais. Então, esta Casa, com certeza, principalmente nesta área, todos os Deputados são praticamente unânimes em aprovar qualquer aumento salarial para essa categoria no interior.

E aí, Dr. Marcos Machado, quero fazer justiça. Estivemos em Juína, Juara, e Colniza. Em Colniza não tinha sequer marcado, mas o Secretário, ao chegar em Juína, recebeu um apelo da Prefeita para fazer uma visita ao Município e foi no outro dia, inclusive atrapalhou minha agenda, mas foi em seguida a Colniza. E está correta a concepção de Vossa Excelência de que, melhorando a saúde no interior, desafoga a Capital. Isso realmente ocorre toda vez que for mais UTI para Rondonópolis, para Sinop, para Sorriso, para Colíder. Eu gostaria que o senhor olhasse com muito carinho a região do Vale do Arinos. Em Juína eu já pude, junto com Vossa Excelência, visitar as dependências do hospital, junto com o Dr. Ságua, que o convidou para ir até Juína e esteve conosco em Colniza, onde a saúde realmente deu um salto...

(O DEPUTADO WAGNER RAMOS FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Wagner Ramos fala em Tangará da Serra.

Nós gostaríamos de compartilhar essa discussão, não só das UTIs, mas em nível regional.

Ontem eu afirmava aqui que o Deputado está todos os dias em sua base, todos os dias. É difícil uma semana que o Estado não é coberto por todos os Deputados. Não que todos os Deputados vão a todas as regiões, mas no tempo em que estou no Vale do Arinos, o Deputado Ságua está na região noroeste, os Deputados Zé Carlos do Pátio e J. Barreto estão na região sul, o Deputado Wagner Ramos está na região do médio-norte, os Deputados Mauro Savi, Dilceu Dal Bosco e Silval Barbosa no nortão, quer dizer, toda semana estamos ouvindo a mesma ladainha.

Então, quero fazer esse pedido a Vossa Excelência: discutir com esta Casa a contemplação dessas regiões na área de saúde, reconhecendo aqui, e é necessário que se faça isso, que o Dr. Marcos Machado, ao assumir a Saúde, deu uma nova dinâmica à saúde. Todos nós reconhecemos isso.

Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento...

O Sr. Marcos Machado - Eu poderia dar uma resposta?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência fique à vontade.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - O valor, Deputado, é do cargo de comissão e é simbologia do Estado, por isso adotamos esse valor. Também já estamos elaborando projetos que venham corrigir essa falha. Com certeza, vamos contar com a Assembléia Legislativa.

Agora, eu gostaria de colocar aos Srs. Deputados, que hoje, depois sessenta e cinco dias à frente da Secretaria de Saúde, eu entendo a angústia dos senhores, eu entendo quando os senhores cobram, solicitam, porque a coisa realmente já chegou ao limite, ali não é para melhorar não, tem situações primárias, fundamentais, não se admite se falar em saúde pública em algumas regiões ou em alguns locais da forma como se está prestando saúde pública. E é aí que eu sinto, porque vim do interior também, eu tenho a concepção de que tudo o que se faz em Cuiabá é pouco e não é reconhecido, o que se faz no interior é muito e sempre é reconhecido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Então, por que nós estamos querendo colocar isso? Apenas pela necessidade, e já é dinâmica da Secretaria, de estar interiorizando. Nós vamos estar todas as sextas-feiras, até o final do meu período, levando resultados, Srs. Deputados.

E quero dizer que na próxima sexta-feira, dia 21, nós estaremos em Colíder e Diamantino, e, no dia 28, em Confresa e Vila Rica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, Dr. Marcos Machado, na pessoa de quem cumprimento toda a equipe da Secretaria de Saúde presente aqui na Assembléia Legislativa.

Aproveito a oportunidade, Dr. Marcos Machado, depois da grande defesa feita pelo Deputado Dilceu Dal Bosco, defesa que eu considero justa, para solicitar que tire um pouco das UTIs do Deputado Mauro Savi e coloque pelo menos uma em Sinop, pelo menos uma no Hospital Regional (RISOS).

Sr. Secretário, quero dizer a Vossa Excelência que sou testemunho também da vinda de Vossa Excelência aqui nesta Casa. Todas as vezes que é solicitado, Vossa Excelência está pronto, vem aqui, conversa e realmente não precisa e nunca precisou de nenhum requerimento. Eu quero fazer justiça a isso.

Quero dizer também, Sr. Presidente, Sr. Secretário, que me preocupa muito a questão da saúde. Sempre que tenho usado a tribuna desta Casa no sentido de fazer algumas críticas, são críticas construtivas, porque senão não tem sentido fazê-las. Faça com muita consciência.

Quando Vossa Excelência disse que recebe repasse, é verdade. Mas eu gostaria que Vossa Excelência também ficasse um pouco do nosso lado, do lado do povo, para trazer mais recursos para a saúde deste Estado. Digo isso com muita tranquilidade.

Em que pese o Superintendente Administrativo Financeiro ter dito aqui, ter mostrado a receita do Estado, eu acompanhei bem, anotei inclusive. Eu tinha feito um requerimento, solicitei do Estado mês a mês, receita total detalhada por mês. Então, eu tenho aqui tudo o que o Estado arrecadou, mas eu não preciso de tudo. Eu precisava apenas daqueles itens que são provenientes de impostos, porque aí a Saúde tem direito a 10,33% e a Educação tem direito a 25%. Então, em cima disso, não bate aquilo que foi apresentado aqui, não bate com o que eu tenho.

Em que pese ser filho de um assentado, tive a oportunidade de freqüentar uma universidade. E, por acaso do destino, sou professor de matemática. Então, é só pegar receita proveniente de impostos. ICMS, arrecadou quanto? Tanto. 10,33% têm que ir para a Saúde; IPVA, cota-parte do Estado, 10,33% têm que ir para a Saúde; ITCD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, têm que ir para a Saúde 10,33%; e Imposto de Renda que também é imposto tem que ir para a Saúde e não está indo. Se não bastasse essa informação, eu pedi para o Secretário de Fazenda para me dizer quanto está sendo aplicado na Saúde, e aí eu fiquei apavorado com o que estava acontecendo no Estado.

Então, eu tenho uma tabela que está aqui e fala das receitas e dos repasses da Saúde e que não bate com aquilo que o Sr. Jacson acabou de colocar. Então, no mês de janeiro, a Saúde arrecadou 18 milhões, sem contar com o Imposto de Renda. Receita da Saúde era 18 milhões. A Secretaria de Fazenda me informou que repassou apenas sete milhões, que ficou uma diferença de dez milhões. É a Secretaria de Fazenda que me informa aqui, e pode consultar o *site* da Secretaria de Fazenda - aplicação na Saúde. E aí nós fomos vendo aqui.

Olhei mês a mês de tal forma que chegou aqui um déficit a menos aqui, informação da Secretaria de Fazenda. Portanto, só pode ser verdade! Assinado aqui pelo Superintendente, dizendo que eles deixaram de repassar para a Secretaria de Saúde cinquenta e sete milhões de reais. Eu computei mais o Imposto de Renda, vai para sessenta e quatro milhões de reais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

E aí justifica o caos que foi estabelecido na Saúde de janeiro para cá, porque realmente não aplicaram. E isso aqui não é o Deputado Carlão Nascimento inventando, está aqui assinado pela Superintendência da Fazenda. Então, deixou de aplicar até o mês de setembro.

Eu tenho aqui mês a mês. Se eu fosse pegar...Eu peguei, tirei das receitas provenientes de impostos, fiz uma tabelinha aqui. Fiz para a Educação, porque a Educação também deixou de investir trinta milhões de reais. E eu estou agora acompanhando mês a mês o relatório para ver como é que vai fechar 31 de dezembro, porque é quando Vossa Excelência tem que fechar realmente, do que arrecadou das receitas provenientes de impostos. Vossa Excelência tem que investir 10,33% na Saúde, sob pena de ser responsabilizado por isso.

Então, eu fiz aqui mês a mês também. Não bate com a informação trazida e eu já sei que os senhores não estão computando o Imposto de Renda, porque nenhum Secretário de Fazenda gosta de gastar, eles são muito bons para arrecadar, mas quer mandar no dinheiro. E isso é dinheiro da Saúde e, portanto, é dinheiro do povo. Tem que ser gasto na Saúde.

Eu estou fazendo um outro levantamento na questão do FETHAB, que lá também estão desviando recurso da Saúde, da Educação e dos municípios para colocar nas estradas. Mas, isso é um outro caso.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Secretário, estou falando aqui das receitas, da receita da Saúde. Está faltando dinheiro para a Saúde. Esse dinheiro está lá na Secretaria de Fazenda. Não estão repassando o total que a Saúde tem direito. Para isso, eu faço aqui um apelo a todos os profissionais da Saúde, a essa equipe que Vossa Excelência mostrou aqui hoje, que nós percebemos ser muito competente, mas que tem que brigar por esses recursos. O que estou dizendo aqui é tudo verdade, é só fazer a aritmética. Não precisa nem consultar a Secretaria, é só pegar: quanto deu o resultado? Deu tanto! É uma regra de três simples. Portanto, é aritmética! E isso nós sabemos fazer.

Agora, eu quero saber também como é que está sendo gasto esse dinheiro, porque no dia que a Secretária Luzia esteve aqui, eu perguntei para ela: Todo recurso da Saúde, Secretária, está sendo investido devidamente? Ela falou que estava. Eu constatei que não era verdade. Hoje, eu constato que ela mentiu na tribuna desta Casa. E não estava investindo. E, naquela auditoria, Sr. Secretário, que foi feita, eu já li e posso agora passar a todos os Deputados. Eu fui avaliar o que realmente a Secretaria tinha executado e fiquei assustado! Aliás, não me assustou mais hoje, até porque o Jackson fez a demonstração, eu tive oportunidade de anotar na minha tabelinha que nos meses de maio para cá, que é a prestação de contas, a Secretaria só conseguiu executar 6% do que estava previsto. No mês de junho, 7%; no mês de julho, 9%; no mês de agosto, 7%; no mês de setembro, 7%; no mês de outubro 9%; e novembro que não fechou ainda, 26%. Aí eu quero cumprimentar Vossa Excelência, porque realmente é Vossa Excelência que está recuperando aquilo que não foi feito de janeiro até quando Vossa Excelência assumiu, que foi 15 de setembro. Então, realmente, Vossa Excelência está recuperando todo esse tempo que nós perdemos durante esses seis primeiros meses do Governo.

Mas eu gostaria de saber ainda, Sr. Presidente, quantos pregões foram efetuados na compra de medicamentos e quantos foram gastos com isso.

(NESTE MOMENTO, O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO RESPONDE AO ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Gostaria que Vossa Excelência me respondesse só no período que Vossa Excelência não esteve lá. Vossa Excelência pode separar o período antes de Vossa Excelência do período depois de Vossa Excelência.

Eu quero saber também quantas dispensas de licitação houve nesse período e quantas inegibilidades de licitação também houve nesse período.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Nós queremos com isso, Sr. Presidente, Sr. Secretário, acompanhar exatamente o que está sendo feito na Secretaria. A função primordial, hoje, do Parlamentar não é só aquela de aprovar, praticamente, os projetos que vêm do Executivo. Portanto, nós temos que fiscalizar. Nós estamos com o PPA que vai nortear o Governo Blairo Maggi para os próximos 04 anos. Nós temos aqui na Casa a discussão do Orçamento do ano que vem. Então, é muito importante que a sociedade tome conhecimento disso, para que além de tudo nós possamos acompanhar mês a mês o que é que está sendo feito.

Outra coisa que eu gostaria de perguntar a Vossa Excelência é com relação aos servidores. Nós sabemos que o Conselho Estadual de Saúde aprovou, no ano passado, um reajuste para os servidores da Saúde e que foi colocado no Orçamento não dessa forma como estou colocando aqui. Eu gostaria de saber se os servidores da Saúde terão realmente esse aumento salarial que foi previsto no Orçamento do ano passado.

No mais, como nós estamos quase próximos da outra Audiência Pública, eu gostaria de obter essas informações para que eu possa me pronunciar na réplica.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Marcos Henrique Machado para se reportar às indagações formuladas pelo Deputado Carlão Nascimento.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Deputado Riva, eu consulto se nós não poderíamos... A primeira indagação, como o Deputado bem colocou, não cabe a mim; ele solicitou que eu procure regularizar se realmente não está havendo repasse correto. Eu quero novamente insistir que nós estamos cumprindo rigorosamente a LOA 2003.

Há uma servidora da Secretaria de Fazenda aqui conosco, que é a Cristina Batista, eu consulto ao nobre Presidente se ela poderia fazer uso da palavra por três minutos, justamente porque não há a presença do Secretário de Fazenda aqui, nem do Secretário Adjunto, para que ela possa pelo menos tecer alguns esclarecimentos à bancada e ao Plenário como um todo a respeito dos recursos destinados pela Secretaria de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sem dúvida, por gentileza, pode usar a tribuna à esquerda.

A SR^a CRISTINA BATISTA - Bom-dia a todos!

Na verdade, eu queria esclarecer que realmente chegou um Requerimento do Deputado Carlão Nascimento, solicitando algumas informações, inclusive sobre aquilo que Vossa Excelência falou sobre a diferença, que nós estávamos passando sete milhões. Não é isso. O problema nesse relatório que foi encaminhado a Vossa Excelência, se Vossa Excelência olhar é mais ou menos o que o pessoal estava realmente executando. Muitos deles não estão executando porque fez troca de Secretário, etc, mas o dinheiro estava disponível em conta, nós nunca deixamos de repassar, tanto é que é automático. Inclusive em novembro nós já passamos vinte e dois milhões para eles. Então, quer dizer, a partir do momento que essa receita entra no Estado, ela está sendo repassada.

Em relação ao cumprimento das receitas vinculadas, nós cumprimos fielmente a LOA, inclusive nosso sistema é o SIAF. Ele já é gerado automaticamente. A LOA é implementada e já faz as vinculações automaticamente, tanto para a Educação quanto para a Saúde.

Eu tenho certeza de que deve ter tido algum problema na hora de passar os relatórios. Eu sou contadora e também sei que cálculo não tem erro, mas eu tenho certeza de que talvez os dados, no caso, aqueles da superintendência, não estejam refletindo a realidade dos repasses.

Eu posso me prontificar a encaminhar o relatório, que no caso é o reflexo disso que foi mostrado aqui, mês a mês. Nós temos certinho receita a receita que foi repassada, e eu creio que o Secretário - lógico, teria de mandar um Requerimento diretamente para o Secretário da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

SEFAZ - terá o maior prazer em passar certinho as informações, e desde já antecipo que está sendo feito de acordo com a LOA, tanto para a Saúde quanto para a Educação.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Sr. Presidente, eu gostaria de poder responder às demais, porque aí o Deputado Carlão Nascimento fecha...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a palavra ao Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr^a Cristina Batista, me perdoe, mas não é verdade o que a senhora está dizendo. Eu fiz cálculo aritmético, e eu não conheço muita coisa não, mas olhe aqui: eu tenho aqui a receita mês a mês do Estado, mês a mês, aí eu pego as receitas provenientes de impostos, que são aqueles quesitos que eu já disse...

A SR^a CRISTINA BATISTA - Sei.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Não bate, não bate! É só saber fazer conta.

A SR^a CRISTINA BATISTA - Eu teria que sentar com o senhor e verificar o tipo de cálculo, mas de uma coisa eu tenho certeza...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu posso me sentar com a senhora, com o Secretário, com quem quiser, mas não venha me dizer que esses dados não são verdadeiros, porque são.

A SR^a CRISTINA BATISTA - Não, não são, porque senão são verdadeiras... O que eu falei foi que o repasse que está tendo mês a mês...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Se está tendo, então, não me informaram corretamente, porque aqui está dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Carlão Nascimento, permita-me interromper. Eu quero fazer, na verdade, uma sugestão: que não só Vossa Excelência, mas a Comissão que Vossa Excelência preside, que é uma das Comissões mais importantes da Casa, tome a iniciativa de sentar com a equipe técnica da SEFAZ, porque eu admito que não vai ter condições de fechar números aqui.

Vossa Excelência, com a Comissão como um todo, deveria se sentar com a equipe técnica da SEFAZ para apurar esses valores.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Concordo plenamente, Sr. Presidente. Só que eu gostaria só de dizer o seguinte: que nesta tabela aqui não computou o Imposto de Renda, então, ela já está errada.

Eu gostaria só de dizer o seguinte: se o Governo, que tem dito, e eu até acredito, às vezes o Governador tem dito que o Governo é transparência, acredito nisso, mas a Constituição do Estado estabelece que nós da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária devemos ter acesso ao SIAF. Não contente com isso, eu coloquei na LDO. Não contente com isso, na LDO nós colocamos que trinta dias após aprovada a LDO tem que disponibilizar o sistema para nós. Não contente com isso, eu fiz um requerimento, aprovado por esta Casa. Depois de muita briga para conseguir resposta desse requerimento, o Secretário mandou uma resposta dizendo que em trinta dias ele iria ver se haveria condições de disponibilizar o SIAF. Então, o discurso que o Governador tem feito, no qual eu acredito, mesmo sendo oposição, não bate com a prática. Então, o que eu gostaria, já que a senhora é da Secretaria de Fazenda, é que disponibilizassem para nós esta semana o SIAF. Acabará com todas essas dúvidas. Muito obrigado.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Eu gostaria, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, de ter acesso ao SIAF.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu acho interessante, não sei se fica como atrevimento da minha parte, a bancada buscar isso junto à Secretaria de Fazenda, justamente para o Deputado saber os números corretos e a justificativa disso. Eu quero insistir que sou agente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

recebedor disso. Não tenham dúvidas de que estou cumprindo a LOA. Agora, eu acho importante os Srs. Deputados, pelo menos alguém da Casa, terem a versão e poderem... Coincidentemente, nós tínhamos uma pessoa da Secretaria de Fazenda para contrapor, ainda que o Deputado Carlão Nascimento não concorde, para colocar a posição do Governo para que nós possamos esclarecer.

Com relação à solicitação, Deputado, eu acredito que com o encaminhamento à Casa Civil, Vossa Excelência receberá resposta...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO (FORA DO MICROFONE) - Eu já recebi.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Já recebeu.

Bom, eu gostaria de poder responder as demais indagações de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria de fazer um alerta. Nós estamos próximos das 13:00 horas. Faltam alguns minutos para as 13:00 horas. Nós teremos uma audiência pública e, no mínimo a Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social e os demais membros terão que participar dessa audiência. Nós também temos intenção de participar. Eu pediria que partíssemos para a finalização, até por entender que os objetivos da audiência foram atendidos. Logicamente que questões que não forem bem explicitadas aqui, poderá o Dr. Marcos Machado retornar a esta Casa para fazer essa explicação ou responder por escrito. Que Vossa Excelência nos forneça relatório, que eu acho importante, até como base de informação.

Então, eu gostaria apenas de partir para a finalização. Nós temos dois oradores inscritos, o Deputado João Malheiros e o Deputado Silval Barbosa, que pediu a palavra pela Ordem.

O Deputado Carlão Nascimento já encerrou.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Não, Sr. Presidente, estou fazendo ...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência pode concluir suas perguntas.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Estou apenas usando o direito que tenho como Deputado de fazer a minha pergunta e, pelo Regimento Interno, fazer a minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - E Vossa Excelência tem direito.

Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - O Dr. Marcos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Dr. Marcos está respondendo.

Com a palavra, o Dr. Marcos Henrique Machado.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Deputado Carlão Nascimento, como Vossa Excelência bem me conhece, nunca vai me ver fazendo defesa para “a” ou “b”, que eu não conheça ou não entenda que tenha razão.

Então, se a ex-Secretária de Saúde veio aqui e expôs e se Vossa Excelência tem esse conceito, fique com ele, porque de mim Vossa Excelência não terá nenhuma explicação, até porque gostaria que Vossa Excelência entendesse que assumi a administração logo em seguida. Esse volume de informações de gestão, eu não as tenho. E também por uma questão ética, Vossa Excelência sabe que eu coloco o dedo na ferida e aponto os erros, mas reservo a ética mínima e respeito, faço parte da equipe do Governo, não vou tecer comentários a essa colocação que Vossa Excelência fez.

Em relação ao pregão, que Vossa Excelência colocou... Permita-me falar do meu período também. Nós temos aqui: no período de 1º/03, que estava contingenciado até março, até o mês 06, nós tivemos vinte e três pregões; e do mês 07 até o mês 11, nós tivemos sessenta e seis pregões; totalizando oito milhões, quinhentos e cinquenta mil - posso deixar com Vossa Excelência isto aqui - de pregões realizados.

Inegibilidades, até hoje, foram sete milhões e seiscentos. Dispensas foram dois milhões, trezentos e trinta e quatro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Agora, de setembro para cá, também está incluído no período, mas ontem nós terminamos os dois últimos pregões e fechamos com onze milhões, nessa semana passada de pregões, onze milhões, sendo quatro e meio para materiais hospitalares, e seis e meio para medicamentos.

Eu quero colocar para Vossa Excelência que realmente há um volume mais acentuado, é a prática que eu adoto, mas se Vossa Excelência quiser, mês a mês, cada valor, podemos fornecer, mês a mês também, os casos de dispensa de inegibilidade. Quero colocar ao senhor que a inegibilidade não há como, é o único laboratório que presta, não tem como, e dispensam os casos motivados. Se o senhor quiser, respondo-lhe individualmente por mês, sem problema nenhum. Como eu disse aqui para o senhor, não vou fazer defesa. Se há erros, estamos procurando acertá-los.

O senhor colocou também com relação ao reajuste de servidores. Nós recebemos no mês de setembro a solicitação do sindicato. A primeira iniciativa que tivemos foi autorizar o reenquadramento, que o senhor reconhece e foi um dos autores das leis de subsídios. Nós autorizamos 600 reenquadramentos. Eu não gostaria de tratar reajuste sem ter corrigido o reenquadramento. Então, foram autorizados os 600 reequadramentos, só que quem faz é a SAD e ainda está no processo de reenquadramento. Nós autorizamos, porque há um delta de despesa de pessoas no Decreto nº 1.828, que o Governador à época, Dante de Oliveira, reconheceu os créditos dos servidores e nós estimamos aí mais de três milhões e duzentos para pagar todo mundo. São os créditos de juros, retenção de teto, etc, e esse mês nós já começamos a pagar. Então, qual é a nossa posição? Vamos fazer os reenquadramentos, pagar todos, começo já no mês de novembro, dezembro, entro em janeiro, liquido todos os pagamentos de servidores, enquanto isso, já aguardamos da câmara fiscal da Secretaria de Fazenda o índice suportável, o índice permitido e o impacto fiscal disso na despesa geral de pessoal, para que possamos apresentar para o sindicato a proposta de realinhamento para toda a categoria dos profissionais de Saúde.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu quero apenas, Sr. Presidente, agradecer o Secretário Marcos Machado e toda sua equipe, agradecer a imprensa que esteve presente até agora conosco e dizer, Dr. Marcos Machado, que Vossa Excelência tem na oposição desta Casa um parceiro nesse trabalho, no trabalho de buscar mais recursos para a Saúde e também para a Educação, que são verbas constitucionais. Procuramos fazer aqui não um trabalho de oposição por oposição. Eu tenho feito aqui um trabalho de oposição, buscando realizar o programa de Governo idealizado pela sociedade. Em cima disso temos travado aqui algumas discussões e espero que Vossa Excelência tenha compreendido, até porque Vossa Excelência é um dos idealizadores desse pregão, que, lembro-me muito bem, começou com o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso. Mato Grosso entrou na onda rapidinho, e é um programa que eu considero fundamental. Por isso, estou fazendo todo esse questionamento em cima do pregão. Eu acho que aí nós temos o grande ganho para a sociedade mato-grossense. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concederei a palavra ao Deputado João Malheiros.

Eu quero apenas, Sr. Secretário, não é bem fazer uma defesa, mas queria deixar o nosso pedido ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Carlão Nascimento, que é um Deputado de oposição, mas é um Deputado muito coerente, e em todos os momentos que o Governo tem necessitado aqui de apoio para aprovar matérias imprescindíveis, tem sido muito solícito, nunca olhou cor partidária. Então, nós falamos isso aqui com muita tranquilidade.

O Secretário Waldir Teis tem sido um grande Secretário de Fazenda, inclusive, a este Poder, e todos que nós temos conversado, tudo aquilo que está determinado em orçamento, tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

sido repassado. Tem sido um Secretário pontualíssimo com todas as instituições. Eu creio que essas divergências de números, não quer dizer que o Secretário tenha deixado de repassar. Agora, é lógico, nós temos que admitir, Deputado Carlão Nascimento, que muitas vezes o Estado tapa buraco de um lado e de outro. Nós fomos informados, participamos de uma reunião em que foi dito que o Estado teria um déficit de mais de duzentos milhões. A equipe econômica do Governo reuniu para reduzir esse déficit. Estamos sabendo que o Estado fechará as suas finanças não totalmente equilibradas, mas vai pagar salários, décimo terceiro e o mês de dezembro até o dia 22 de dezembro. Então, essa é uma conquista do Governo, especialmente do Secretário Valdir Teis, que nós passamos a respeitar, porque, vindo da iniciativa privada, tem sido um grande Secretário.

Então, eu quero apenas fazer essa menção, para que de repente o Secretário Valdir Teis não passe aqui por bandido, que não é verdade. Lógico, que podem ter divergências inúmeras sim. Eu acho que podemos tirar essas divergências sentando com a equipe técnica, com a Comissão de Fiscalização, e resolver isso.

Eu concedo a palavra ao Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Verinha Araújo, Secretário Marcos Machado, que hoje está aqui com toda a sua equipe. Isso foi fundamental, porque com esse gesto o senhor reparte, não só a responsabilidade, mas também todo o ganho que a Saúde vem tendo. A questão da Saúde foi aqui explanada de maneira brilhante, como disse o Deputado Carlão Nascimento, que concorda com a gestão transparente e tranqüila, e de recuperação que Vossa Excelência vem fazendo junto a essa Pasta.

Eu quero dizer que aqui mais uma coisa boa aconteceu. Se o Deputado Carlão Nascimento, com quem divido os trabalhos da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária desta Casa, detectou possível irregularidade na transposição do recurso da Secretaria de Fazenda para Vossa Excelência, e esse recurso possivelmente é menor, e Vossa Excelência está dando conta e está fazendo tudo isso aqui, como seria então se porventura o meu companheiro Deputado Carlão Nascimento não estivesse equivocado? E nós vamos ver isso, eu acho que zeloso como é, possivelmente há uma coisa que não está batendo, mas esse não é momento oportuno para nós debatermos isso, porque isso vai ter que ser equacionado junto à Secretaria de Fazenda. Mas isso traz um benefício muito grande, porque se esse recurso está vindo a menor e tudo está sendo feito, na hora em que ele vier a contento, a maior, quantas UTIs nós vamos ter?

Eu já estou aproveitando isso, Deputado Riva, para defender Cuiabá e seu entorno. Nós temos aqui evidentemente uma demanda extraordinária, porque Cuiabá não cuida só dos doentes de Cuiabá. Cuiabá cuida dos doentes do Estado. Cuiabá cuida dos doentes até de outros Estados, sobrecarregando evidentemente a Prefeitura Municipal. E nós temos uma lei aprovada, a LDO, e sancionada pelo Governador, que olha com carinho e faz com que nós possamos investir naquelas obras inacabadas. E aqui tem uma que prende, que toca profundamente a nossa pessoa. Nós já temos feito algumas gestões. Vossa Excelência vai receber uma indicação nossa com muita argumentação. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência concorda com isso, o Dr. Juliano também, o Dr. Guto de Carvalho também e, mais que isso, não só concordamos, como a sociedade mato-grossense, em especial a cuiabana, quer a retomada daquele hospital que está aí se acabando, sendo depreciado, sendo que nós precisamos de um hospital regional que seja evidentemente referência e que seja sustentação da saúde aqui. E, aí, sim, nós da Baixada Cuiabana, uma clientela de oitocentas mil pessoas, poderemos estar mais seguros, porque teremos retomado uma obra, que não precisa ser de afogadilho, pode ser até através do tempo do Governo Blairo Maggi. Evidentemente, nós solucionaremos de vez o problema da Saúde aqui na gestão tão brilhantemente dirigida por Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Com todo o respeito a todos os médicos, ao companheiro Joaquim Sucena, ao companheiro Ságuas, eu fico feliz em verificar que nós temos na administração estadual um Secretário de Saúde que não é médico, sem demérito nenhum aos médicos, muito pelo contrário, mas também temos Vossa Excelência à frente da Saúde e que tem feito esse trabalho tão extraordinário, que foi elogiado por todos, inclusive pela oposição nesta Casa.

Recentemente, agora há pouco, antecedeu-me o Deputado Carlão Nascimento, e nós ficamos, como Vice-Líder do Governo, muito, muito satisfeito ao saber que à frente daquilo que mais aflige o nosso povo, que é a sua saúde, encontra-se um Secretário da estirpe, do estilo de Vossa Excelência. Eu fico muito satisfeito. Realmente é uma satisfação muito grande saber que não só Vossa Excelência, como toda sua equipe... Evidentemente, esse gesto Vossa Excelência está dividindo com todos. Já disse da responsabilidade e da satisfação de todos aqui, nesta Casa, receberem elogios. Evidentemente esse elogio não tem outra conotação a não ser a de poder trazer incentivo aos senhores que compõem a equipe que dirige a Saúde do meu Estado. Não há outro entendimento, de nenhum Deputado, quando elogios tecem, a não ser de fazer com que a auto-estima, o valor que os senhores dão ao trabalho seja cada vez maior para o bem-estar do povo de Mato Grosso.

Portanto, eu quero, finalizando, pedir que a nossa indicação seja olhada pelo senhor com muita sensibilidade, para que nós possamos, num menor espaço possível, restaurar aquela obra e dar a Cuiabá e a Mato Grosso um hospital regional a altura do povo da minha querida Cuiabá.

Muito obrigado. Agradeço todos que aqui estiveram, a imprensa principalmente, que está vigilante, os senhores por terem vindo aqui cumprir a lei. Isso é normal, é pertinente a Pasta do senhor estar aqui. Mas muito mais interessante é o senhor estar aqui e todos nós convencidos da boa administração que é feita, que o Governo Blairo Maggi tem feito com essa equipe frente à Secretaria de Saúde.

Portanto, os meus parabéns. Conte sempre com este Parlamento, porque aqui nós estamos para somar e juntos darmos melhores condições de vida ao povo de Cuiabá e de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria de agradecer o Deputado João Malheiros por esse reconhecimento, dividindo com toda equipe, principalmente os adjuntos Juliano Canavarros e Jackson de Oliveira, que já ficam com a incumbência de receber a indicação e encontrar, juntamente, com a Secretaria de Transporte, a iniciação da continuidade de uma obra que é uma vergonha para o Estado, em razão da paralisação de tantos anos. Nós podemos, como já salientou o Deputado João Malheiros, fazer aos poucos, parcialmente, 25%, 50% dos serviços que virão a acontecer.

Então, fica a decisão de encontrar mecanismos que possam contemplar essa indicação, que é uma indicação coletiva, não só de Cuiabá, mas é uma indicação que nós temos que ter na Secretaria de Saúde, porque a referência, as especialidades precisam ser reverenciadas numa unidade, e essa unidade é uma estrutura que está a merecer conclusão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós queremos agradecer o Dr. Marcos Machado... (NESTE MOMENTO, A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A Audiência Pública da Saúde?

Eu pediria informação a nossa Assessoria sobre a data de Audiência Pública da Saúde, até porque nós não temos aqui em mãos o calendário, mas se não me engano é na semana que vem, no dia 24.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

Nós queremos agradecer o Dr. Marcos Henrique Machado e toda sua equipe aqui presente. Esta Audiência Pública foi esclarecedora, mais no sentido de mostrar as ações do Governo, aquilo que está sendo feito pela Secretaria. A Mesa Diretora fica imensamente grata pela disponibilidade do Secretário, agradece os Srs. Deputados e a Deputada. Não tenho dúvidas de que o Secretário em todo e qualquer momento que for chamado a esta Casa virá.

Quero aqui, Sr. Secretário, para finalizar, parabenizar a equipe que mostrou muita sintonia e mostrou muito conhecimento de causa. Parabéns pela equipe, uma equipe jovem mas que sem dúvida nenhuma vem desenvolvendo um bom trabalho e conte com o apoio desta Casa. Muito obrigado.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.